



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

**ENTRE O CAPITAL E A SOLIDARIEDADE:
TEORIA DO CAPITAL HUMANO E ECONOMIA SOLIDÁRIA
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

FRANCIELI RIGO

BRASÍLIA, JULHO DE 2011.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

**ENTRE O CAPITAL E A SOLIDARIEDADE:
TEORIA DO CAPITAL HUMANO E ECONOMIA SOLIDÁRIA
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

FRANCIELI RIGO

BRASÍLIA, JULHO DE 2011.

FRANCIELI RIGO

**ENTRE O CAPITAL E A SOLIDARIEDADE:
TEORIA DO CAPITAL HUMANO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação do professor Dr. Erlando da Silva Rêses.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses (orientador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profª. Ms. Maria Luiza Pereira Angelim
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Lucio França Teles
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília-DF, julho de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me abençoar e permitir que chegasse a esse momento tão importante na minha vida, o de estar me graduando.

A minha mãe Sueli pela dedicação, apoio e amor incondicional mesmo perante todas as dificuldades enfrentadas em sua vida.

Ao meu irmão Matheus, pelo carinho e exemplo de perseverança.

Aos meus tios Uvania e Cláudio, por nunca duvidarem da minha capacidade, pelo apoio, compreensão e amor fraternal.

Ao Euler pelo companheirismo, apoio e carinho dedicados a mim nos momentos mais importantes da minha vida.

Agradeço ao meu orientador Erlando da Silva Rêses, por ter me aceito como sua orientanda, pela compreensão, paciência, persistência, acompanhamento e contribuições reflexivas durante o desenvolvimento do trabalho.

A professora Maria Luiza Angelim, pela pessoa admirável e pela colaboração, incentivo e participação ativa no meu trabalho, iluminando minhas idéias com a sua sabedoria e ensinamentos.

Também agradeço a Daniele e a Meire, do Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, que além do carinho, apoio e atenção me ajudaram nas filmagens das entrevistas.

A todos agradeço de coração. Muito obrigada!

“O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.”

Paulo Freire

RESUMO

A educação dirigida a jovens e adultos sofreu profundas influências da Teoria do Capital Humano, formulada por Theodore Schultz no final da década de 50 e início da década de 60. As ações e políticas educacionais dirigidas a essa modalidade tinham como principal objetivo formar mão-de-obra qualificada para que esses sujeitos tivessem condições mínimas de competir no mercado de trabalho. Algumas décadas se passaram, porém a EJA ainda está inserida dentro das perspectivas da Teoria do Capital Humano e do sistema capitalista hegemônico. O presente trabalho busca uma reflexão sobre a importância da construção de um novo olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos, levando em consideração os princípios de solidariedade e cooperação defendidos pela Economia Solidária. O objetivo geral da pesquisa é analisar as implicações e princípios da Teoria do Capital Humano na Educação de Jovens e Adultos, buscando compreender em que medida a Economia Solidária pode contribuir com a EJA no sentido de combater as desigualdades sociais que a cada dia se tornam mais excludentes para esta modalidade. Na abordagem empírica, a metodologia escolhida foi a pesquisa qualitativa, utilizando como instrumentos de construção de dados a entrevista semi-estruturada individual e em profundidade com estudiosos e especialistas na área da Educação de Jovens e Adultos e/ou da Economia Solidária. Por meio da pesquisa empírica realizada, constatou-se que a Economia Solidária ainda não é uma possibilidade concreta na nossa sociedade e na Educação de Jovens e Adultos, mas que pode vir a se tornar a alternativa para a construção de uma sociedade política, econômica e cultural mais justa e menos excludente. Ainda existem muitas barreiras para serem vencidas até que se efetue concretamente a interlocução da EJA com a Economia Solidária e que se rompam as mazelas deixadas pela Teoria do Capital Humano e pelo sistema capitalista vigente.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos - Teoria do Capital Humano – Economia Solidária – Sistema Capitalista.

ABSTRACT

Education for youngsters and adults and has profound influences of Human Capital Theory, formulated by Theodore Schultz in the late 50's and early 60's. The actions and educational policies directed to this modality used to have as main objective to train skilled labor in order to provide the minimal conditions for these people to compete in the labor market. Some decades have passed, but the EJA (Youth and Adult Education) is still inserted within the perspectives of the Human Capital Theory and the hegemonic capitalist system. The present study attempts a reflection on the importance of building a new look at the Youth and Adult Education, taking into consideration the principles of solidarity and cooperation advocated by the Solidarity Economy. The aim of the research is to analyze the implications and principles of the Theory of Human Capital in the Youth and Adult Education, seeking to understand the way that the Solidarity Economy can contribute with the EJA to combat the social inequalities that are becoming each day more exclusionary to this modality. In the empirical approach, the methodology chosen was the qualitative research using as tools to build the data an individual, in-depth and semi-structured interview, with scholars and experts in the field of Youth and Adults and/or Solidarity Economy. Through the empirical research, it was found that the Solidarity Economy is not a real possibility in our society and in the Youth and Adult Education, but it may become the alternative to build a political, economic and cultural society, fairer and less exclusionary. There are still many barriers to be overcome until the dialogue between the EJA and the Solidarity Economy is properly achieved breaking the wounds left by the Theory of Human Capital and the capitalist system.

Keywords: Youth and Adult Education – Human Capital Theory – Solidarity Economy – Capitalist System.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Memorial.....	13
Era uma vez.....	13
Sábios ensinamentos.....	14
Novos horizontes.....	15
Um mundo de novas descobertas e incertezas.....	16
 1ª Parte: A Teoria do Capital Humano na Educação de Jovens e Adultos.....	 19
1.1. A relação entre Educação e Trabalho.....	19
1.2. A Teoria do Capital Humano.....	22
1.3. O Neoliberalismo na Educação.....	26
 2ª Parte: Das limitações e incompletudes do Capitalismo na perspectiva da Economia Solidária.....	 30
2.1. Um pouco da história da Economia Solidária no Brasil.....	37
 3ª Parte: A construção de um novo olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Economia Solidária.....	 41
3.1. Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	41
3.2. Educação de Jovens e Adultos, Princípios e Bases Legais.....	46
3.3. A Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos.....	50
 4ª Parte: Metodologia da pesquisa.....	 55
4.1. Participantes da pesquisa.....	57
4.2. Análise dos dados.....	59
4.3. Discussão.....	61
 Considerações finais.....	 62

Perspectivas Profissionais.....	64
Referências Bibliográficas.....	65
Anexos.....	70
Tópico Guia das entrevistas.....	70
Transcrição das entrevistas.....	71

INTRODUÇÃO

Vivemos em um país assombrado pelas desigualdades sociais. Ao longo da história, vemos que a reprodução de papéis de oprimidos e opressores, foi e continua sendo utilizada para justificar a constante luta pelo acúmulo de capital. A Teoria do Capital Humano, formulada pelo economista Theodore Schultz no final dos anos 50 e início da década de 60, buscava explicar a relação entre renda do trabalhador e escolarização. Para essa teoria, a competitividade econômica, o desenvolvimento social e o progresso tecnológico de uma nação, são explicados pelo estoque de capital humano dessa nação (FRIGOTTO, 1989). Os princípios dessa teoria reduziram o sentido da educação à mera perspectiva de criadora de capacidade do trabalho.

Assim, a escola torna-se mediadora dos interesses do capitalismo, uma instituição de formação onde prevalecem as relações de produção, de individualismo e de competitividade. A escola oferece o saber deformado, funcional para o capital. Nesse sentido, a educação dirigida a jovens e adultos sofreu profundas influências da Teoria do Capital Humano, as ações e políticas educacionais dirigidas a essa modalidade tinham como principal objetivo formar mão-de-obra qualificada para que esses sujeitos tivessem condições mínimas de competir no mercado de trabalho.

Diante dos problemas deixados pela Teoria do Capital Humano e pelo sistema capitalista, uma nova ordem social e econômica vem sendo pensada. Uma ordem que vai contra os atuais princípios econômicos e sociais defendidos pelo capitalismo hegemônico. A Economia Solidária, através dos princípios de cooperação, autogestão e solidariedade, ganha face e força na sociedade excludente em que vivemos. É fundada em relações mais humanas no âmbito social e econômico e que se coloca como alternativa para os trabalhadores em geral e para aqueles da Educação de Jovens e Adultos.

Em oposição ao modelo competitivo, individualista e utilitarista do capitalismo que vê os sujeitos como capital humano, autores como Paul Singer (2000) e Kruppa (2005), defendem que a Economia Solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os trabalhadores. Ela poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo, não somente em termos econômicos, mas por proporcionar às pessoas que as adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras uma vida melhor em uma sociedade verdadeiramente igualitária. O papel da Economia Solidária, quando discutida dentro da Educação de Jovens e adultos, é mostrar a esses sujeitos que a

educação é capaz de romper com as desigualdades de classe, de gênero, raça e etnia, combatendo a discriminação, valorizando e respeitando o ser humano, e acrescentando a capacidade de diálogo, cooperação e solidariedade.

Esse foi o contexto conjuntural que levou esta pesquisadora a interessar-se pela realização deste trabalho que trata das implicações da Teoria do Capital Humano, do sistema capitalista hegemônico e da Economia Solidária diante da realidade da Educação de Jovens e Adultos. Esta pesquisa relaciona-se, em parte, às experiências adquiridas durante a minha trajetória pessoal e na graduação. Convivi desde muito cedo com as contradições da necessidade de estudar e trabalhar. Presenciei meus pais, que foram estudantes da EJA, serem excluídos do sistema educacional diante da impossibilidade de conciliar família, trabalho e estudos, e ao longo da minha graduação muitas indagações e reflexões surgiram sobre o assunto.

Nesta perspectiva, este trabalho lança-se na difícil tarefa de discutir o objetivo geral da pesquisa que é analisar as implicações e princípios da Teoria do Capital Humano na Educação de Jovens e Adultos, buscando compreender em que medida a Economia Solidária pode contribuir com a EJA no sentido de combater as desigualdades sociais que a cada dia se tornam mais excludentes para esta modalidade.

O presente trabalho foi organizado em quatro capítulos, no primeiro busca-se discutir a Teoria do Capital Humano na Educação de Jovens e Adultos. É apresentado um referencial histórico que permitirá ao leitor acompanhar uma breve análise de como se deu a construção do processo de relação entre Educação e Trabalho. Também foi elaborado um referencial teórico que servirá na compreensão de como se dá o processo de implicações da Teoria do Capital Humano na EJA e de como a educação é tratada pelo neoliberalismo. No discurso neoliberal a educação não qualifica para o trabalho, mas passa as características que são apropriadas para o indivíduo se enquadrar no sistema imposto.

No segundo capítulo são abordadas as limitações e incompletudes do capitalismo na perspectiva da Economia Solidária. Procuro apresentar um referencial teórico e histórico que permitirá ao leitor acompanhar o contexto da Economia Solidária enquanto questão emergente nas alternativas desenvolvidas referente às diferentes formas de geração de trabalho e renda no cenário de crise do trabalho para a Educação de Jovens e Adultos.

No terceiro capítulo apresento um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e os princípios e bases legais dessa modalidade. Podemos observar por este levantamento, que tivemos alguns avanços e conquistas em relação a essa modalidade de ensino, no entanto, ainda hoje a educação destinada a EJA ainda é carregada de princípios do

sistema capitalista e da Teoria do Capital Humano. Nesse sentido faço uma análise da interlocução entre Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária. A escolarização de jovens e adultos, dentro da perspectiva da economia solidária, abre possibilidades de mobilidade, de inserção social, de exercício da liberdade e da cidadania, proporcionando uma riqueza de saberes advindos de uma parceria baseada na dialogicidade, que presume a compreensão de uma democracia plural que abraça as diferenças e respeita a diversidade.

No quarto e último capítulo buscou-se apresentar a metodologia de pesquisa utilizada, sendo a entrevista semi-estruturada individual e em profundidade (Gaskell, 2008) o recurso de pesquisa qualitativa trabalhada. Em seguida tem-se a apresentação dos participantes das entrevistas e posteriormente, é feita uma discussão sobre os dados obtidos com as entrevistas resultantes da técnica de Análise de Conteúdo Categorical Temática (Bardin, 1977).

MEMORIAL

Era uma vez...

Minha história poderia começar assim se fosse um conto de fadas, mas desde muito cedo a sociedade injusta e excludente na qual vivemos nos ensina que as coisas não são bem assim. Desde muito cedo somos forçados a escolher entre o mundo de descobertas da escola ou trabalho árduo. Apelativo demais? Não para um adulto que aos 47 anos se envergonha em utilizar o polegar toda vez que necessita assinar um documento, e o que dirá daquele que nunca vivenciou uma sala de aula mesmo com todas as suas precariedades e mazelas.

Não tive que fazer essa escolha, pois duas pessoas já a fizeram antes para que eu pudesse chegar aonde cheguei. Uma delas é Sueli Vanzetto, 42 anos, atendente, 7ª série do Ensino Fundamental incompleto, minha mãe. A outra é Romeu Antonio Rigo, 47 anos, agricultor, 4ª série do Ensino Fundamental incompleto, meu pai. Minha trajetória de vida familiar e a convivência com estas pessoas se deram de uma maneira muito harmoniosa, mas se tornou ainda mais respeitosa quando me descobri como agente de transformação da realidade social em que vivo.

A partir desse momento gostaria de dar um enfoque a minha vida educativa em um sentido mais amplo, pois considero a educação (formal e informal) como a base de todo ser humano. Pensei inicialmente, em dividir a trajetória da minha educação em: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Universitário, porém creio que não seja a melhor forma de relatar fatos da minha vida, pois eu vivi em várias cidades e conseqüentemente em contextos educacionais diferentes. É a partir deste princípio que irei relatar ou discorrer sobre minha vida educativa. Sendo assim, o texto está dividido em três fases de acordo com os diferentes lugares onde vivi: a primeira fase refere-se à Jataí – GO no período da fazenda; a segunda fase refere-se também a Jataí – GO, mas no período da cidade; a terceira e última fase refere-se a Brasília – DF.

Sou natural de Ibiraiaras – RS, porém meus pais saíram de lá quando eu tinha três anos de idade e em busca de melhores condições de vida nos mudamos para Jataí – GO. É nessa pequena cidade do interior de Goiás que tem início a minha trajetória. Tenho vinte e quatro anos de idade e hoje moro no Lago Norte – DF com meus tios: Uvania Vanzetto e Claudio Diniz Bernardes.

Sábios ensinamentos...

Minha trajetória escolar começa em Jataí – GO. Até os 7 anos de idade a educação que tive foi passada pelos meus pais. Foram eles que na medida do possível tentaram me ensinar a ler e escrever, mas também me ensinaram a ter o caráter e a dignidade que carrego até os dias de hoje.

Eu vivi em uma fazenda até os 13 anos de idade, viver em um ambiente rural, possibilitou-me desfrutar dos costumes, valores, falas e tradições de um povo, que infelizmente é considerado por algumas pessoas como um povo ignorante e sem cultura. Sendo esse fato um grande equívoco, pois as pessoas que vivem em um âmbito rural possuem cultura, costumes e conhecimentos admiráveis. Essa relação direta com a natureza e com pessoas que carregam sábios ensinamentos de vida me proporcionou aprendizados que vou levar para o resto da minha vida.

Iniciei a educação formal aos sete anos de idade em uma escola na zona rural de Jataí – GO, Escola Municipal Menino Jesus. A escola era simples, alunos e professores enfrentavam dificuldades diárias com a estrutura física do local, com o transporte, com a falta de recursos etc. Como a escola oferecia só até a 4ª série do ensino fundamental, aos dez anos de idade fui transferida para outra escola rural. Cursei a 5ª, 6ª e 7ª série do ensino fundamental na Escola Municipal Ponte de Pedra. Esta foi a época mais difícil da minha trajetória escolar, pois a escola era muito longe da fazenda onde eu morava, era localizada no município vizinho de Serranópolis – GO, e o transporte fornecido pelo município era precário. Lembro-me do esforço dos professores em nos proporcionar um ensino de qualidade. Assim como os alunos, eles também enfrentavam várias dificuldades.

Meus pais, mesmo conscientes da baixa qualidade do ensino que eu estava tendo e das condições adversas enfrentadas diariamente, sempre me incentivaram nos estudos, pois queriam me proporcionar uma educação formal que eles não tiveram oportunidade de ter. Queriam me proporcionar oportunidades de vida melhor do que a que eles tiveram.

Pensando na melhoria da qualidade do ensino para mim e agora também para o meu irmão que completava seis anos de idade e iria iniciar a educação formal, nos mudamos para a cidade de Jataí-GO.

Novos horizontes...

Na cidade de Jataí cursei a 8ª série do ensino fundamental e todo o ensino médio. Morar na cidade foi estranho inicialmente, pois eu estava acostumada com uma vida mais tranqüila na fazenda. Minha família é de origem simples e humilde, porém muito batalhadora. Para ajudar nas despesas da casa na cidade minha mãe teve que começar a trabalhar.

Como não tinha muito estudo e nem experiência o único trabalho que minha mãe conseguiu foi como empregada doméstica, enquanto o meu pai continuou trabalhando na fazenda. Minha mãe sem estudos, porém calejada com as experiências da vida sempre aconselhava eu e meu irmão para estudarmos, pois ela queria que tivéssemos um futuro melhor que o dela. Nessa época uma vizinha da rua onde morávamos e que cursava a 6ª série do Ensino Supletivo, comentou com a minha mãe que estava se sentindo “mais útil para o mundo” depois de voltar aos estudos. Então eu insisti para que minha mãe também voltasse a estudar. Ela relutou no início, mas acabou aceitando esse desafio. Minha mãe sempre pedia minha ajuda para estudar pois achava que estava velha e que nada “entrava na sua cabeça”. Eu sentia orgulho em poder ajudá-la e em ver o seu progresso, queria retribuir um pouquinho de toda sua dedicação e amor para com a nossa família. Ela cursou a 5ª, 6ª e 7ª série do ensino fundamental através do Supletivo, mas acabou desistindo afirmando ser muito difícil trabalhar o dia todo como empregada doméstica e cuidar dos filhos e marido ao mesmo tempo.

Cursei todo meu ensino médio na Escola Estadual João Roberto Moreira, tenho boas lembranças dessa fase. Nessa época, todo o meu estudo era voltado para a difícil missão de passar ou ser classificada na prova do vestibular. No ano de 2004 prestei vestibular para o curso de Biologia na Universidade Federal de Goiás – UFG, mas não passei nem na primeira fase do vestibular. Isso foi uma decepção tanto para mim, quanto para os meus pais pois como a nossa situação financeira não era boa e não tínhamos condições de pagar um cursinho pré-vestibular a saída foi entrar no mercado de trabalho.

Aos 18 anos de idade meu primeiro emprego foi de operadora de caixa em um supermercado da cidade. Meus pais não se conformavam com essa situação, pois queriam me ver estudando e não trabalhando mas naquele momento a única opção foi essa. Fiquei durante 1 ano trabalhando no supermercado. Neste período, uma irmã da minha mãe, que tinha acabado de se mudar do Rio Grande do Sul para Brasília, me convidou para morar com ela.

Confesso que tive um pouco de receio no início, mas enxerguei nisso a oportunidade de ampliar meus horizontes e conseguir cursar o tão sonhado ensino superior.

Um mundo de novas descobertas e incertezas...

Chegando a Brasília, minha tia Uvania achou melhor me matricular em um cursinho pré-vestibular já que meu ensino fundamental e médio foi cursado em escolas municipais e estaduais as quais infelizmente não me ofereceram uma boa qualidade de ensino. Nessa época conheci a Universidade de Brasília- UnB. Todos os colegas do cursinho falavam diariamente do sonho de entrar nessa Universidade e eu acabei compartilhando esse sonho com eles.

Chegou a hora de fazer a inscrição para o vestibular e eu ainda tinha dúvidas entre três áreas que, na época, eu conseguia identificar ser de meu interesse: Biologia, Psicologia e Pedagogia. Acabei optando pelo curso de Pedagogia. O motivo da escolha se deu pelo fato de que eu queria trabalhar com pessoas, de modo a ajudá-las, queria poder me sustentar com um trabalho que privilegiasse essa condição.

Quando fiquei sabendo que havia passado no vestibular foi uma grande festa, meus pais não estavam acreditando que o que eles tanto queriam estava acontecendo, e eu estava anestesiada com a tão almejada conquista. Logo no primeiro semestre de graduação surgiu outra necessidade em minha vida, a de conseguir um trabalho, já que, meus pais não tinham condições de me mandar dinheiro mensalmente e eu não queria ficar dependendo da minha tia para tudo e ao mesmo tempo precisava de dinheiro. Então, fui trabalhar como vendedora de loja. Não optei pelo estágio porque a remuneração era muito baixa para quem ainda estava no primeiro semestre do curso. Trabalhava 44 horas semanais e tentava conciliar o tempo com as disciplinas na UnB.

Os primeiros semestres na graduação foram um emaranhado de dúvidas, pois eu estava na universidade, mas não tinha dimensão da importância e das implicações desse fato em minha vida. Fui percebendo que estar na universidade não significava que eu estivesse participando dela, pois o fato de trabalhar o dia todo também tinha implicações nisso, que era a falta de tempo para uma dedicação maior. Eu assistia as aulas, fazia os trabalhos, lia os textos, mas sentia que isso não me proporcionava as condições necessárias de interação e construção de sentido para esse processo. A oposição entre o trabalho e a graduação também foi ficando cada vez mais forte. Me sentia frustrada por não conseguir cursar as disciplinas e os projetos de meu interesse devido ao choque de horários entre os dois. Ao mesmo tempo não podia parar de trabalhar.

Ao longo da graduação uma certeza estava sendo concretizada, a de que a educação infantil não era a minha área de maior interesse, mas sim a Educação de Jovens e Adultos. Minha vontade era de trabalhar com pessoas que não tiveram acesso à educação, ou os “excluídos” que como os meus pais, não tiveram as mesmas ou melhores condições de vida às quais eu estava tendo oportunidade. No quarto semestre, por indicação de uma colega de curso e pela indisponibilidade de horários, entrei no projeto Alfabetização e Linguagem, ofertado pela professora Stella Maris. O foco do projeto não era exatamente o que eu buscava, mas a professora sabendo do meu interesse pela educação de jovens e adultos me sugeriu que trabalhasse com um projeto que ela estava coordenando, chamado “O Brasil que não lê – Histórias de vida de adultos iletrados”.

A partir desse projeto a EJA foi o estopim de uma série de questionamentos e inquietações dentro da educação. Comecei a refletir sobre as sabias palavras de Paulo Freire, as quais se fazem tão vivas até hoje: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987).

Dando continuidade ao caminho que realmente me interessava, no primeiro e segundo semestre de 2009 fiz o Projeto 4, chamado “O Processo de Socialização em Espaços Educativos” orientado pela professora Sônia Marise. O Projeto 4 requer a experiência de docência então fui estagiar na rede pública de ensino, no Centro de Ensino Fundamental nº 07 de Brasília, localizado na Asa Norte. A turma escolhida era do 1º segmento da EJA. Os primeiros dias foram dedicados à observação e depois assumi um calendário de aulas.

Participar desse projeto abriu novas possibilidades de pensamento, pesquisa e desafios. Enfim eu estava em uma sala de aula da educação de jovens e adultos. Entre outras coisas, buscava entender a realidade daqueles sujeitos que ali estavam. A realidade da EJA está diretamente ligada ao mundo do trabalho, a maioria dos jovens e adultos daquela sala de aula buscava retomar os estudos para ascender profissionalmente e assim ter uma qualidade de vida melhor. Baseada nas histórias de vida dos alunos e percebendo o interesse dos mesmos pela temática do Trabalho, propus à professora que fizéssemos oficinas abordando o tema.

Busquei ao longo das oficinas uma prática contextualizada e diferenciada, diferente da prática infantilizada e sem sentido direto na vida dos educandos, que eu havia observado nas primeiras aulas. Em meio a sucessos e fracassos dessa experiência carreguei boas lembranças, excelentes aprendizados e saudades.

No primeiro semestre de 2010 buscando aprofundar meus estudos sobre a EJA, cursei a disciplina Educação de Adultos, ofertada pela professora Maria Luiza Pereira Angelim. Foi aí que conheci a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire e pude me perceber como oprimida

e opressora em diversas relações dentro e fora da universidade. Através da disciplina descobri o Projeto 3, intitulado Educação de Jovens e Adultos/ Movimentos e Redes sociais/ Portal Fóruns EJA Brasília/DF, oferecido pela mesma professora. No semestre seguinte me matriculei na terceira fase do mesmo.

Neste projeto trabalhamos com a educação de jovens e adultos, movimentos sociais e tecnologias. A temática da educação de jovens e adultos era abordada juntamente com a dimensão do processo educativo pelo movimento vital e expressivo do corpo, o projeto Rio Aberto. Além disso, o projeto desenvolve um sítio virtual que constitui o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br). Participar desse projeto me possibilitou um exercício crítico e reflexivo sobre a educação de jovens e adultos. A EJA é fruto de um processo de reprodução do paradigma hegemônico na sociedade brasileira, que se sustenta entre outros fatores no modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que se propõe como elemento de transformação dessa mesma sociedade.

A minha prática, a minha sensibilidade e o meu amor pela Educação de Jovens e Adultos foi sendo construído e continua sendo lapidado. O meu grande orgulho é saber que posso ajudá-los a enxergar o mundo com outros olhos, com um olhar mais crítico e problematizador. Mas o que me deixa radiante é saber que mesmo de maneira sutil e singela nossas histórias, nossas origens e experiências têm algo em comum e é isso o que nos une em um desejo único de construir um mundo mais justo.

1ª PARTE

A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Este capítulo tem por objetivo fazer uma análise da Teoria do Capital Humano bem como das suas implicações na Educação de Jovens e Adultos. Para isso será feita uma breve contextualização do percurso histórico da relação educação e trabalho, e do papel que o sistema capitalista desempenhou e ainda desempenha nas modificações sociais.

1.1. A relação entre Educação e Trabalho

Imaginar a escola longe das relações sociais e da produção é praticamente impossível quando pretendemos compreender e analisar, o caminho percorrido e a história da educação formal. Nos limites deste trabalho, não vou aprofundar essa análise, porém, é pertinente fazer uma breve remissão a origem das reflexões sobre a relação educação e trabalho.

Ao longo do processo de organização social do homem, o trabalho e a aprendizagem sempre estiveram intimamente ligados. Podemos dizer que a origem da educação e do trabalho coincide com a própria existência do homem. É através da ação do homem sobre a natureza, transformando-a e adaptando-a às suas necessidades que o ser humano cria sua essência.

Poder apropriar-se da natureza e transformá-la pelo trabalho é então, uma condição para o homem conseguir produzir-se enquanto ser humano. É através do processo produtivo que o indivíduo aprende a interagir com a natureza, com os outros indivíduos e com a realidade que o cerca e assim, satisfazer e criar novas necessidades para sua manutenção e reprodução social. É no processo de transformação da natureza que o ser humano transforma a si próprio e constrói sua história em um processo de transformação sem fim.

De acordo com Saviani (2007), o homem forma-se a partir da necessidade de aprender a produzir a sua própria existência, sendo assim ele aprende a trabalhar trabalhando, relacionando-se com a natureza e com os outros.

Os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalencia, aí, o modo de produção comunal, também chamado de “comunismo primitivo”. Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra, constituindo a propriedade tribal na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Inicialmente, o modo de produção vigente era o comunal sem divisão de classes. Juntamente, os homens produziam sua existência e na lida com a terra, com a natureza e nas trocas sociais educavam-se. Nessa economia de subsistência, a produção era apenas para satisfazer as necessidades imediatas. Sendo assim o trabalhador decidia como produzir seu produto e tinha controle sobre seu processo de trabalho.

Com o desenvolvimento da sua produção e reprodução social, o homem, tendo a terra como seu principal meio de produção, fixa-se nela e assim dá início à propriedade privada e a divisão social em classes. Nessa nova configuração de sociedade os proprietários das terras não precisavam mais trabalhar já que viviam agora do trabalho alheio. É nesse contexto de sociedade de classes que surge a escola formal.

De acordo com Frigotto (s/d), a gênese histórica da escola se dá, especialmente, ao longo do século XVIII, dentro do mesmo processo de emergência da ciência moderna e da ascensão da burguesia como classe social hegemônica e como necessidade da crescente divisão do trabalho e do conhecimento vinculado na base dos processos produtivos. O autor ainda afirma que, como classe revolucionária a burguesia representa a escola, no plano discursivo ideológico, como uma instituição pública, gratuita, universal e laica que tem, ao mesmo tempo, a função de desenvolver uma nova cultura, integrar as novas gerações na sociedade moderna e de socializar, de forma sistemática, o conhecimento científico.

Segundo Frigotto (s/d):

Todavia, a escola burguesa, desde sua origem, não podia cumprir sua promessa para todos e de igual modo. Isso pela simples razão que a burguesia destruiu uma sociedade de classes não para abolir as classes sociais, mas para implantar outra estrutura de classe: os detentores de capital e os trabalhadores que detêm apenas sua força física e intelectual para ser vendida.

Sendo assim, a educação foi dividida em classes, para os proprietários de terra, os donos das indústrias e para os não-proprietários. Os primeiros tinham uma educação diferenciada e feita na escola, uma escola mais complexa, que desenvolve conhecimentos, valores e atitudes para dirigir, organizar e comandar, ou seja, destinada à formação intelectual. Enquanto a maioria tinha acesso a uma educação no próprio trabalho, uma educação mais

prática, restrita, adestradora centralizada nas habilidades manuais. A escola burguesa foi organizada, sobretudo, para aqueles que não precisam vender sua força de trabalho e que têm tempo de viver a infância e adolescência, usufruindo do ócio. Segundo Saviani (2007, p. 155): “a palavra escola deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre. (...) essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho.”

Na Idade Média, a cidade era subordinada ao campo, já na Modernidade esses papéis invertem-se e o processo produtivo passa da agricultura para a indústria e do campo para a cidade. Com o deslocamento do eixo do processo produtivo do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, surge um novo modo de produção que é o capitalista. Depois de um longo processo histórico com várias modificações nas relações sociais e culturais, a relação educação-trabalho sofre muitas mudanças no novo modo de produção capitalista.

De acordo com Saviani (2007, p. 158):

E a estrutura da sociedade deixa de fundar-se em laços naturais para pautar-se por laços propriamente sociais, isto é, produzidos pelos próprios homens. Trata-se da sociedade contratual, cuja base é o direito positivo e não mais o direito natural ou consuetudinário.

Segundo o autor, a sociedade moderna passa a pautar-se não mais em laços naturais, mas sim em contrato social. Essa relação contratual foi apresentada ao trabalhador como uma suposta liberdade na qual, ele era proprietário de sua força de trabalho e podia vendê-la aos donos dos meios de produção capitalista através de um contrato.

No sistema capitalista, o trabalhador precisa de um pouco de conhecimento somente para transformar sua força de trabalho em produção, ou seja, em mais-valia, porém ele não pode deter todo o saber. Podemos assim perceber, o caráter contraditório da escola, a qual procura atender ao mesmo tempo as exigências do sistema capitalista e o saber destinado ao trabalhador. Como dizia Smith, citado por Frigotto (1989, p.224), “instrução para os trabalhadores, porém em doses homeopáticas”, ou seja, o trabalhador precisa de um pouco de instrução apenas para desempenhar seu papel na sociedade capitalista.

Ao longo do processo de desenvolvimento da produção capitalista surge o Taylorismo e o Fordismo, processos produtivos que tinham como paradigma a organização em unidades fabris que concentravam grande número de trabalhadores distribuídos em uma estrutura vertical que se desdobra em vários níveis operacionais, de supervisão, planejamento e gestão, cuja finalidade é a produção em massa de produtos. De acordo com Leite (1994), a

organização da produção em linha expressa, a fragmentação, os tempos e movimentos padronizados e rigorosamente controlados são características dessa forma de organização da produção.

Diante desse processo de desenvolvimento da produção capitalista, a escola teve que qualificar os trabalhadores para um novo modo de produção que dividia rigorosamente as tarefas intelectuais e manuais. A escola passou a fragmentar os conteúdos, a desconectá-los da realidade além de ensinar conteúdos específicos para que o trabalhador desempenhasse com mais qualidade e produtividade o seu trabalho manual.

Segundo Machado (1989), neste contexto o ensino funciona como uma forma de organizar a sociedade nos aspectos sociais e econômicos, sendo assim, a educação deveria adequar o indivíduo ao seu papel social baseando-se na divisão do trabalho intelectual e manual.

Veremos no próximo item, como a educação sob a ótica da Teoria do Capital Humano, torna-se uma mera adaptadora e um instrumento que responde às necessidades do sistema produtivo para a manutenção e crescimento do capital.

1.2. A Teoria do Capital Humano

Devido ao crescimento econômico e o desenvolvimento das potências industriais nos países desenvolvidos, estudos começaram a ser realizados para identificar a relação entre maior escolaridade e crescimento econômico. O economista Theodore Schultz, no final da década de 50 e início da década de 60, buscou explicar a relação entre renda do trabalhador e escolarização, formulando a Teoria do Capital Humano.

Para a Teoria do Capital Humano, a competitividade econômica, o desenvolvimento social e o progresso tecnológico de uma nação, são explicados pelo estoque de capital humano dessa nação. Segundo Frigotto (1989), em sua crítica a Teoria do Capital Humano, ela tem base teórica e metodológica na economia neoclássica:

Do ponto de vista macroeconômico, a teoria do capital humano constitui-se num desdobramento e/ou um complemento, como a situa Shultz, da teoria neoclássica do desenvolvimento econômico. De acordo com a visão neoclássica, para um país sair de estágio tradicional ou pré-capitalista, necessita de crescentes taxas de acumulação conseguidas, a médio prazo, pelo aumento necessário da desigualdade. A longo prazo, com o fortalecimento da economia, haveria naturalmente uma redistribuição.

O crescimento atingido determinaria níveis mínimos de desemprego, a produtividade aumentaria e haveria uma crescente transferência dos níveis de baixa renda do setor tradicional para os setores modernos, produzindo salários mais elevados. (...) A preocupação básica ao nível macroeconômico é, então, a análise dos nexos entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico de um país. (FRIGOTTO, 1989, p. 39).

A interpretação dos investimentos em capital humano nasceu da necessidade da economia neoclássica em explicar o crescimento econômico do mundo nos períodos de estabilidade alcançados nas décadas após a II Guerra Mundial. Para Frigotto (1989, p. 39):

A observação de que o somatório imputado à produtividade do estoque de capital físico e estoque de trabalho da economia, ao longo de determinado tempo, explicava apenas uma parcela do crescimento econômico desta economia levou à hipótese de que o resíduo não explicado pelo acréscimo do estoque de capital e de trabalho poderia ser atribuído ao investimento nos indivíduos, denominado analogicamente capital humano. Este resíduo engloba o investimento em educação formal, treinamento, saúde etc.

Podemos perceber que, de acordo com os teóricos do capital humano, a formação ou qualificação da força de trabalho constitui um dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho, as diferenças de produtividade, renda e conseqüentemente, de mobilidade social. Nessa linha de raciocínio, a educação seria criadora de capacidade do trabalho. Segundo Frigotto (1989), um investimento marginal na educação e em treinamentos automaticamente permitiria uma produtividade marginal.

Para Schultz (1967) a instrução é o maior investimento humano, as habilidades adquiridas pelo homem através da educação são um tipo de capital, o capital humano. Segundo o autor instrução e educação são termos equivalentes, a instrução seria o serviço prestado pela escola. Schultz (1967, p. 19) afirma que “as escolas podem ser consideradas empresas especializadas em “produzir” instrução. A instituição educacional que congrega todas as escolas pode ser encarada como uma indústria.” O autor nos alerta para o fato de que a instituição educacional não tem algumas das características econômicas de uma indústria, como por exemplo, a obtenção de lucro. Porém a instrução adquirida na escola eleva as futuras rendas do estudante caracterizando assim um investimento, uma economia da educação e gerando o capital humano.

Para Kuenzer (1997), a educação na Teoria do Capital Humano tem caráter messiânico, ou seja, é vista como aquela que solucionará os problemas sociais. Vemos assim, que o papel da escola de produzir certas atitudes e valores não é um fim em si mesmo e

específico da prática educativa, mas sim, uma prática mediadora que acaba satisfazendo aos interesses do capital. O que objetiva-se é que a educação responda às demandas impostas pelo capital.

A distribuição do saber é produzido socialmente, e segundo as necessidades do capital, o que permite entender que a sua não democratização expressa pelo seu caráter seletivo e excludente não é uma disfunção, mas a sua própria forma de articulação com o capital. (KUENZER, 1997, p.22).

Assim, a escola torna-se uma instituição de formação onde prevalecem as relações de produção, geralmente usada como mediadora dos interesses do capitalismo. A escola oferece o saber deformado e funcional para o capital.

A Teoria do Capital Humano oculta as desigualdades e mostra-se útil para mascarar a realidade e manter a consciência alienada, pois esta teoria tenta explicar e depositar na educação o fator essencial para a produtividade. No campo da educação, a Teoria do Capital Humano não mostra seus verdadeiros objetivos, pois se coloca como um fator predominante para o desenvolvimento econômico. Sendo assim, “uma das funções efetivas da Teoria do Capital Humano reside não enquanto revela, mas enquanto esconde a verdadeira natureza dos fenômenos” (FRIGOTTO, 1989, p. 53).

A Teoria do Capital Humano esconde a função de legitimar o sistema capitalista, reforçando sua manutenção na medida em que concebe as relações de produção capitalista como justas, regidas pela lei da oferta e procura e o salário como preço do trabalho. Sendo assim, a renda concebida pelo trabalhador seria uma decisão individual, e o status ou privilégios que conseguisse também seriam decorrentes do seu mérito pessoal. A escolarização seria uma determinante da renda. Não se considerava que os fatos sociais não ocorrem no âmbito de particularidades individuais, mas sim de uma totalidade maior de ações conjuntas dos indivíduos. Frigotto (1989) critica os teóricos do capital humano, os quais se baseiam no argumento de neutralidade de seu método de análise para passar a idéia de que a ordem do capital e de suas leis e as relações de produção obedecem a uma lógica e a uma ordem natural.

Diante desse cenário, as ações e políticas para a formação educacional e profissional de jovens e adultos trabalhadores foram fortemente influenciadas pelos princípios da Teoria do Capital Humano, vejamos como isso acontece. De acordo com Frigotto (1989), a ênfase na eficiência e produtividade da escola vai resultar não só em uma organização do processo

educativo à semelhança das empresas produtivas, com o início da industrialização no Brasil ela também vai exigir métodos e técnicas adequadas a essa organização.

Diante do exposto, a educação passa a ter uma visão tecnicista atendendo à ótica economicista de educação veiculada pela Teoria do Capital Humano e constituindo-se em uma das formas de desqualificação do processo educativo escolar.

O fenômeno acima mencionado nos ajuda a entender a tendência que se esboçou com o advento daquilo que estou chamando de ‘pedagogia tecnicista’. Buscou-se planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Para tanto era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo. Daí a proliferação de propostas pedagógicas tais como o enfoque sistêmico, o micro-ensino, o tele-ensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar, etc. Daí, também, o parcelamento do trabalho pedagógico com a especialização das funções, postulando-se a introdução no sistema de ensino de técnicas dos mais diferentes matizes. (SAVIANI apud FRIGOTTO 1989, p. 170)

A exemplo do exposto por Saviani temos a criação do SENAI, em 1942, e posteriormente do SENAC, entidades do Sistema S¹, que assinalam o tipo de especificidades que a forma capitalista de produção na sua evolução vai necessitando em termos de profissionalização.

A “fábrica-escola-SENAI” utiliza o princípio “de ensinar poucas coisas e bem ensinadas” e tem como método educativo e de aprendizado a própria relação máquina-aprendiz. A preocupação fundamental não são as relações de produção da existência do segmento da classe trabalhadora – mas o que serve à indústria. O que serve à indústria tem que ser apreendido de forma eficiente. Há neste particular uma investigação permanente das necessidades da indústria e de acordo com elas modifica-se o processo pedagógico. (FRIGOTTO, 1989, p. 209).

Podemos perceber que a pedagogia do SENAI, estendendo essa lógica para o Sistema S como um todo, enfatiza o preparo técnico, através de um processo de formação de um conjunto de maneiras de ser, de pensar, de agir e de atitudes morais. Esse conjunto de maneiras é funcional ao desempenho profissional no interior do processo produtivo. Ou seja, as relações máquina-aprendiz, os valores que são passados, a imagem de trabalhador bem sucedido e fracassado etc, indicam que o principal objetivo desse processo educativo é formar

¹ O Sistema S é coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e inclui, entre outros, o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT). (Fonte: <http://www.senai.br/br/ParaVoce/faq.aspx>).

e produzir “bons trabalhadores”, os quais se submetam mais facilmente às relações capitalistas de trabalho.

Para Frigotto (1989), nesse sentido o trabalho é reduzido a “emprego”, preparo para uma ocupação e a formação profissional se reduz à conformação ideológica e adestramento técnico. Na opinião do autor, não podemos negar uma formação técnica ao trabalhador o problema é “não reduzir essa formação técnico-profissional a um esquema de adaptação à parcialização do processo de trabalho, mas de desenvolver de forma gradativa uma formação politécnica” (p. 211). Formação que, ao mesmo tempo prepara o aluno gradativamente, técnica e cientificamente, capacitando-o como cidadão para participar ativa e criticamente na construção da sociedade em que vive.

Foi essa visão equivocada de qualificação para o trabalho que foi incorporada à educação de jovens e adultos, ou seja, era preciso qualificá-los para o sistema de produção capitalista e fornecer a essa modalidade condições mínimas de ensino que lhes permitissem condições de competir no mercado de trabalho. Dentro dessa perspectiva várias ações foram tomadas como, por exemplo, a institucionalização do Sistema S mencionado anteriormente, e a oficialização do Ensino Supletivo na reforma da Ditadura Militar em 1971.

No próximo tópico veremos como a educação é vista pelo discurso neoliberal. Calçada nos ideais neoliberais, as ações governamentais atenderam as exigências do modo de produção capitalista. No discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. A educação não qualifica para o trabalho, mas passa as características que são apropriadas para o indivíduo se enquadrar no sistema existente.

1.3. O Neoliberalismo na Educação

Segundo Gentili (1996), o neoliberalismo surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial nos países Europeus e nos Estados Unidos, onde imperava o modo de produção capitalista monopolista e de políticas de proteção social. O neoliberalismo foi uma reação ao Estado intervencionista e de bem-estar social, formando um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defendem a não participação do Estado na economia, ou seja, a liberdade econômica. Segundo o autor, na realidade o Estado continua intervindo, porém o que mudou foi o tipo de direção e intervenção nas políticas públicas e sociais. Por exemplo, temos a

negação da responsabilidade do Estado e a instituição dele como regulador da economia. Os pressupostos do neoliberalismo enfatizam a competição, a liberdade individual, a liberdade do mercado e, como visto, a diminuição da intervenção estatal.

A imposição da política neoliberal na América Latina acontece, através do despotismo dos organismos internacionais, os quais representam as classes proprietárias dos meios de produção. Tais organismos influenciam diretamente por meio da determinação de coordenadas e caminhos para a política educacional dos países periféricos. Entre as influências políticas nas estruturas educacionais da América Latina esta a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), quando se propõe, a ajudar as associações não governamentais na realização de programas educativos e coligar-se com as comissões nacionais que cada Estado-membro da ONU (Organização das Nações Unidas), fortalecendo, desta maneira, o desenvolvimento da política neoliberal e tirando a responsabilidade do Estado com as políticas sociais de educação e transferindo-a para a sociedade civil.

Um dos maiores organismos internacionais, influente nos rumos da educação no Brasil é o Banco Mundial, que atua em conjunto com o FMI (Fundo Monetário Internacional). Ambos possuem como meta principal manter os países centrais e dominantes livres de qualquer prejuízo causado pelo aumento descontrolado da pobreza. Tais organismos foram criados para manter a dominação e acumulação de capital. Para Gentili (2001), a escola é vista pelo Banco Mundial como empresa produtora de recursos humanos, portanto, deve ser submetida, como qualquer outra empresa, à redução de custos para obtenção de retorno financeiro. Segundo Gentili (2001, p. 29), os organismos internacionais “(...) não se limitam a desempenhar as tarefas próprias de simples agências de crédito, mas exercem atualmente uma função político-estratégica fundamental nos processos de ajuste e reestruturação neoliberal que estão levados a cabo em nossos países (...)”.

Observa-se que os princípios neoliberais também foram incorporados na Constituição Federal do Brasil de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovido e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (C.F. 1988)

Segundo os princípios neoliberais toda a educação deve visar o exercício da cidadania, o desenvolvimento da pessoa e a qualificação profissional. Na atual Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional nº 9.394/96, também percebemos os princípios do capital humano no artigo abaixo transcrito:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB nº. 9.394/96)

Para Gentili (1996), o neoliberalismo não entende a educação como um direito de todos, mas como um bem de consumo o qual só terá direito quem tiver dinheiro para comprá-la.

(...) a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversas índoles, sendo a educação uma delas. (GENTILI, 1996, p.20-21).

Para o autor, podemos compreender o neoliberalismo como o processo de construção da hegemonia da classe dominante. Nesse sentido a educação passa a ser moldada de acordo com os interesses dessa classe. Prega-se a importância da qualificação do sujeito, porém essa educação é voltada apenas para suprir as necessidades de mão de obra qualificada para o mercado ignorando assim, a educação que forma o sujeito cidadão, ético e apto para conviver bem com o seu próximo.

Paulo Freire nos alerta para a necessidade de uma educação que não só qualifique para o mercado, mas que humanize o sujeito:

(...) não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe, ou pior, fora da ética, entre nós, homens e mulheres, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. (FREIRE, 2006, p. 33).

Em suma, vemos que as políticas educacionais brasileiras estão ligadas aos interesses do capital e tem o apoio do governo e das elites nacionais e internacionais. Nessa perspectiva, a educação restringe-se ao papel de reproduzir a força de trabalho para o capital e de formar ideologicamente conforme os interesses do mesmo.

Vemos com isso que a Teoria do Capital Humano ainda se faz atual em nossa sociedade como um todo. Na educação o caráter individualista e competitivo é valorizado e colocado em um discurso carregado de referenciais neoliberais para assim, suprir as necessidades de mercado, entidades internacionais e empresariais.

Infelizmente a escola tornou-se um lugar de disputas e de luta, pois se efetiva em seu interior interesses antagônicos, ou seja, interesses da classe dominante e da classe dominada acentuando assim ainda mais as desigualdades sociais.

(...) a educação, qualquer que seja, é resultado de uma disputa social. Por isso, ela varia, se reestrutura, tem um movimento contraditório em seu interior. (...) Na perspectiva das classes subalternas, em especial os trabalhadores, a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades a apropriação do 'saber social'. Trata-se de buscar na educação conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e elevem a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. (GRZYBOWSKI apud FRIGOTTO, 1989, p. 205).

O conhecimento também é uma forma de poder e sabendo disso o trabalhador reivindica-o, porém isso não significa que necessariamente o trabalhador tenha que aceitar saberes que não objetivam seus desejos de ser parte integrante e importante da sociedade.

Segundo Pochman (2005), diante do crescimento das desigualdades sociais e das rápidas mudanças no mundo do trabalho,

(...) há hoje no Brasil milhões de pessoas organizando-se em várias formas de trabalho que não tem mais na relação capital-trabalho de tipo assalariado sua centralidade. (...) Ao contrário da tendência observada entre as décadas de 1940 e 1980, quando para cada 10 postos de trabalho abertos, 8 eram assalariados, sendo 7 com carteira assinada, a partir de 1990, somente 3 a cada 10 são assalariados, sendo 1 com contrato formal (legal) e 2 informais (ilegais). Os outros postos de trabalho abertos, na proporção de 7 para cada 10, não podem ser caracterizados nem como legais, nem como ilegais, uma vez que não são ocupações assalariadas, são formas "alegais, pois a atual regularização pública, por inadequada, não sabe como tratá-los. (POCHMANN apud KRUPPA, 2005, p. 26).

Perante as mazelas deixadas pela Teoria do Capital Humano e diante do atual sistema de produção capitalista, Kruppa (2005) mostra que trabalhadores do campo e da cidade estão lutando pela sobrevivência. A população vem coletivamente organizando-se em pequenos e grandes empreendimentos e assim dando vida a outra forma de economia, baseada em ação solidária, apontando para outras formas de relação entre educação e trabalho, além de alternativas para o desenvolvimento econômico e social de nossa sociedade.

É sobre a prática da Economia Solidária que trataremos no próximo capítulo.

2ª PARTE

DAS LIMITAÇÕES E INCOMPLETUDES DO CAPITALISMO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo irei abordar o contexto da economia solidária enquanto questão emergente nas alternativas desenvolvidas referente às diferentes formas de geração de trabalho e renda no cenário de crise do trabalho para a Educação de Jovens e Adultos. A ascensão do conceito de economia solidária nos últimos anos no Brasil e em outros países está associada à ascensão da noção de “crise do trabalho” e à questão do combate ao desemprego.

Segundo Antunes (2007), a exploração do desemprego e as distintas modalidades de precarização do trabalho, são consequências macrossociais das reestruturações do capitalismo e das mudanças da categoria trabalho. O contexto do aumento do desemprego propiciou o aumento de alternativas de geração de renda como cooperativas ou associações consideradas solidárias.

De acordo com Antunes (2007), as reestruturações do capitalismo, que vêm ocorrendo desde a década de 1970, podem ser visualizadas nos dias de hoje por meio de várias características implantadas nos mais diversos setores da economia brasileira. Como exemplo, temos a flexibilização das leis trabalhistas, terceirizações, diminuição do vínculo empregatício com a implantação cada vez mais comum de trabalho temporários. Temos também a transformação de empresas terceirizadas em cooperativas de trabalhadores com o formato de empresas, o que de fato faz com que seja possível subtrair os direitos trabalhistas. São algumas dessas novas características que têm marcado as relações do capital com o trabalho.

Vários dos sujeitos envolvidos no processo produtivo, com as transformações e reestruturações, passaram a situarem-se fora do chamado mercado de trabalho formal no Brasil, em função da diminuição de postos de trabalho ou passaram a ter condições mais precárias de trabalho. Diante desse cenário, a Economia Solidária diferentemente da Teoria do Capital Humano, vem funcionando como uma injeção de ânimo àqueles que já perderam a esperança, trazendo de volta a certeza de que é possível construir outras relações sociais, pautadas em novas formas de produção e consumo, onde a solidariedade e a união são fatores chaves para a conquista de uma melhor qualidade de vida.

Um dos propósitos da Economia Solidária é a construção de um outro mundo no qual não existam exploradores e explorados, onde a solidariedade, a cooperação, a igualdade, a união, sejam os fundamentos da convivência humana (BRASIL, 2007). A Economia Solidária é uma nova forma de relacionamento econômico, uma resposta à crise do trabalho causada pelo capitalismo. Surge como uma forma de resistência às dinâmicas de exclusão social impostas pelo capitalismo.

Com a implantação do capitalismo as relações de troca entre as classes, tornam-se ainda mais individualistas passando a beneficiar apenas um grupo, não mais o todo. Nas iniciativas capitalistas apenas um ou poucos mandam. Da mesma forma ocorre com a distribuição dos lucros, que acaba indo parar nas mãos dos poucos que detém os meios de produção. Segundo Singer (2002), as vantagens que o mercado oferece se dirigem a um público homogeneizado, ou seja, milhões de pessoas são atingidas pela exclusão social por não pertencerem a esta minoria detentora do capital.

A expressão “crise do trabalho” tem sido usada para dizer das transformações que, desde as últimas décadas do século XX, resultaram numa diminuição e desregulamentação dos empregos formais – com carteira assinada – e um aumento do mercado informal de trabalho, em sua grande maioria marcado pela precariedade de toda ordem. Nesse contexto, surgem formas alternativas de trabalho que congregam trabalhadores que vêem na cooperação a possibilidade de garantir sua sobrevivência e de criar relações solidárias. (BRASIL, 2007, P.55)

Para Singer (2002), no Brasil o conceito de economia solidária está diretamente associado aos conceitos de “cooperativismo original”, “cooperativismo popular” ou “cooperativas”. O cooperativismo original surge na Inglaterra, no século XIX, e se espalha por vários países da Europa e, em seguida, em todo o mundo. O cooperativismo se coloca como um modo de produção alternativo ao capitalismo voltado a suprir carências causadas pelo mercado capitalista, principalmente no que se refere à falta de postos de trabalho. Segundo Lima (2007, p. 71) “durante todo o século XIX, cooperativas foram surgindo e se desenvolvendo em contextos de recessão econômica”. Para o autor, durante o século XX, o cooperativismo adquiriu diferentes formas daquele originário do movimento operário durante a revolução industrial inglesa, pois foi adotado por países socialistas, que incorporavam as cooperativas ao aparelho estatal desconfigurando o ideário de autonomia dos trabalhadores. Este modelo foi utilizado por governos de países em desenvolvimento como iniciativas para tentar sanar as desigualdades sociais, políticas e econômicas, ou seja, cooperativas induzidas

pelo governo. No Brasil isso ocorreu principalmente no meio rural, porém com raras experiências de êxito.

De acordo com Lima (2007), estudos demonstram que o cooperativismo tomou diversas configurações desde a sua origem e difusão pelo mundo. As cooperativas das sociedades capitalistas, por exemplo, possuem a necessidade de se inserirem no mercado capitalista para terem êxito enquanto proposta coletiva de organização do trabalho e da produção. Desse modo, há uma distorção dos valores cooperativistas originários ocasionando uma classificação por parte de vários autores entre cooperativas verdadeiras e cooperativas falsas, em função do distanciamento dos valores adotados pela Aliança Cooperativista Internacional², a qual em 1895 estabeleceu princípios que deveriam nortear as “sociedades cooperativistas” (LIMA, 2007, p. 71).

Para autores como Todeschini (2000) e Singer (2002), as “cooperativas verdadeiras” não contratam assalariados já que os cooperados devem ter participação nos rendimentos e investimentos da cooperativa. Sendo assim, no Brasil muitas empresas se disfarçam de cooperativas para tirarem proveito da ausência de leis trabalhistas que assegurem direitos aos cooperados enquanto trabalhadores. Segundo Singer, os valores do cooperativismo original eram:

Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado ‘sobras’ também por critérios acertados entre todos os cooperados). (SINGER, 2000, p. 13)

Para o autor, a cooperativa verdadeira também é chamada de economia solidária, “a unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção” (SINGER, 2000, p. 13). Para Singer, a idéia de economia solidária não é nova, surgindo com as primeiras cooperativas no início do século XIX, na época da implantação desregulada de máquinas e do motor a vapor, ou seja, na primeira Revolução Industrial. Segundo Lima (2007), o conceito de economia solidária data-se principalmente da década de 1970 tendo grande repercussão e adesão durante a década de 1990. De acordo com o autor, a construção do conceito de

² Fundada em 19 de agosto de 1895 em Londres, a Aliança Cooperativista Internacional (ICA) é uma organização independente, não-governamental que une, representa e serve cooperativas em todo o mundo. A ICA é composta por membros nacionais e internacionais por organizações cooperativas em todos os setores de atividades, incluindo a agricultura, pesca, saúde, habitação, e cooperativas de consumo. Atualmente, o ICA tem 251 organizações membros de 94 países, representando aproximadamente 1 bilhão de pessoas em todo o mundo. (Fonte:< <http://www.ica.coop/ica/index.html>>).

economia solidária se fundamenta na idéia do chamado novo cooperativismo o qual, ressurge principalmente durante as transformações econômicas macrosociais da década de 1970:

(...) crescente internacionalização dos mercados, a crise e o colapso das economias socialistas, as mudanças tecnológicas e organizacionais no trabalho e questionamento crescente do Welfare State (...) O crescimento do desemprego e a necessidade de se encontrar formas alternativas de geração de renda. (LIMA, 2007, p. 72)

É a partir das crises e transformações econômicas ocorridas a partir da década de 70 nos países europeus e em todo o mundo, dos processos de exclusão social, precarização do trabalho e da introdução das políticas neoliberais que resultaram na crise do trabalho assalariado, que se difunde o conceito de economia solidária. Embora, não haja um consenso sobre os conceitos, existem alguns elementos que caracterizam as práticas de economia solidária. Para Singer:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002, p. 10)

A cooperação, a autogestão e a solidariedade também são constituintes da economia solidária. A autogestão pode ser entendida como a possibilidade dos trabalhadores administrarem por conta própria o seu negócio. Todos trabalham e participam das tomadas de decisões e os resultados financeiros são distribuídos igualmente entre todos aqueles que contribuíram com o processo de produção. A gestão é democrática, sendo que todos são os responsáveis pela sustentabilidade e sucesso do empreendimento. Com base nos princípios de autogestão e democracia outras relações são estabelecidas e fundamentadas no respeito, na igualdade, no diálogo e no companheirismo.

(...) cada cooperado (sócio) tem a mesma parcela, a mesma fração do capital que representa o valor do empreendimento. Isso faz com que cada trabalhador tenha exatamente o mesmo direito que todos os demais. As decisões que se tomam nas cooperativas e empreendimentos são tomadas por voto, a não ser que seja consensual, depois de discussões e negociações entre os próprios trabalhadores. É o que chamamos de autogestão. Auto significa autônomo, nossos empreendimentos não dependem de ninguém externo a eles, todos que são proprietários necessariamente trabalham e todos que trabalham são necessariamente proprietários. É, portanto uma maneira de organizar a economia, e não só a economia, mas a sociedade sem classes, sem diferença de classes, não há patrão, não há empregado, não há quem manda, também não há quem obedece. Esse é, aliás, um lema que na

prática se faz na economia solidária, ninguém tem o direito de mandar, ninguém tem a obrigação de obedecer, a não ser o coletivo, a não ser o conjunto deles. (SINGER, 2010)³.

A cooperação é a base do sucesso de qualquer grupo social. Quando este grupo está buscando a produtividade é fundamental ainda que as atividades sejam definidas coletivamente, garantindo assim o direito a democracia. A economia solidária pressupõe uma cooperação voluntária, jamais imposta como ocorre no capitalismo, valorizando o esforço coletivo de maneira que cada um dos trabalhadores associados possa compreender e definir os rumos da produção do grupo. É através do cooperativismo que vários segmentos das camadas excluídas da sociedade conseguem manter ou ter acesso ao trabalho e a obtenção de renda. As cooperativas podem ser organizadas nos mais diferentes setores da economia, no campo e na cidade.

A solidariedade se expressa na justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes, na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Singer (2000) sugere que a economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os trabalhadores. Ela poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo, não somente em termos econômicos, mas por proporcionar às pessoas que as adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras de uma vida melhor.

Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menos dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (SINGER, 200, p. 114-115)

A economia solidária difere-se fundamentalmente do capitalismo quando vê no dinheiro apenas um meio para manter e reforçar a solidariedade, enquanto no capitalismo o dinheiro é tido como fim, ou seja, o grande objetivo a ser atingido, desta forma sempre sendo permeado de relações utilitaristas. Em oposição a esse modelo competitivo e utilitarista do

³ SINGER, Paul. Transcrição VT da Webconferência: Marcos Estratégicos das Ações de EJA – Outubro/2010. 04 min 52 seg. Produção Portal dos Fóruns de EJA, 2010. (Fonte: <<http://forumeja.org.br/audiovisualxeneja>>).

capitalismo, Paul Singer sugere uma economia voltada à solidariedade, onde todos cooperem ao invés de competirem entre si. Deste modo teríamos uma sociedade verdadeiramente igualitária, nos moldes cooperativistas.

Mesmo vivendo em uma sociedade cuja economia é baseada nos princípios solidários, Singer, defende a necessidade de sempre existir um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. “A economia solidária propõe que o Estado tribute parte do excedente auferido pelos mais afortunados e a transfira aos que foram preteridos pelos compradores” (SINGER apud KRUPPA, 2005, p. 16). Caso não existisse esse poder público para realizar tal controle, acabaríamos reproduzindo novamente os moldes da economia capitalista.

Construir uma Economia Solidária em um cenário onde predomina a economia capitalista é um grande desafio. As dificuldades são muitas, desde a falta de infra-estrutura, falta de capital de giro até a comercialização dos produtos. Muitas vezes os grupos que desejam desenvolver atividades produtivas na perspectiva da economia solidária, apresentam grande receio de ousar, de arriscar nesse mundo tão adverso. No entanto, é justamente diante dos desafios que surge a necessidade de buscar alternativas para enfrentá-los.

Sabe-se que é possível construir uma economia em busca do bem estar do homem, onde não há um explorador e um explorado, uma economia que pregue a autogestão e cooperação, uma economia que gere renda, produção, trabalho e ao mesmo tempo respeite o trabalhador e o consumidor; uma economia que invista no ser humano transformador e no desenvolvimento local. É possível construir uma sociedade assim, desde que, haja uma unicidade entre as pessoas em busca destes objetivos.

Devemos pensar em como tornar a economia solidária uma forma de organizar a economia e a sociedade, pois os segmentos solidários se encontram dispersos territorial e setorialmente. Nesse sentido, Mance (2003) desenvolveu o conceito de redes de colaboração solidária, estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável e antagônico ao capitalismo.

Segundo Mance (2003), a noção de rede é proveniente de diferentes áreas e enfatiza as relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva. Esta noção é considerada estratégica na chamada revolução das redes, onde ações de caráter econômico, político e cultural se

realimentam para subverter padrões e processos capitalistas na tentativa de construir uma globalização solidária.

No aspecto econômico, a rede conecta empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações associadas (ONGs, sindicatos, etc.) que, de acordo com Mance (2003), respeitam os seguintes critérios:

- a) Ausência de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural nos empreendimentos.
- b) Preservação do equilíbrio ecológico dos ecossistemas.
- c) Compartilhamento do excedente para a expansão da rede.
- d) Autodeterminação dos fins e autogestão dos meios em espírito de cooperação e colaboração.

O objetivo das redes é “remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas” (MANCE, 2003, p. 220). Assim, os participantes das redes produzem nas redes o que eles consumiam do mercado capitalista, evitam comprar bens e serviços de empresas capitalistas, geram novos postos de trabalho, garantem as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas e reinvestem coletivamente os excedentes.

Para Mance (1999), as redes de colaboração solidária constituem-se na principal forma de organização de distintas experiências de economia solidária, tornando-se importante aprofundar o conhecimento sobre o que são e como se organizam.

As redes são consideradas como um amplo conjunto de fóruns e articulações diversas que conectam um número significativo de organizações e entidades populares. Em termos de Rede de Economia Solidária, pode-se definir como a articulação de determinadas iniciativas de financiamento, produção e comércio, geralmente desenvolvidas por grupos populares organizados. Os princípios que norteiam as redes de economia solidária são:

- o funcionamento como um sistema aberto que se auto-reproduz;
- a intensividade, entendida como o envolvimento do maior número de pessoas ou grupos possíveis;
- a extensividade, que significa expandir a rede para outros territórios, colaborando para o surgimento e desenvolvimento de novas unidades;

- a integralidade, onde todos os participantes da rede devem assumir os princípios que ela defende;
- a realimentação, onde as ações desenvolvidas pela rede possibilitem a geração de novas iniciativas, expandindo o conjunto de experiências dentro de um ciclo virtuoso.

Mance (2003) adverte que a rede só é viável com a difusão do consumo solidário, com o reinvestimento coletivo de excedentes e da colaboração solidária entre todos.

Para um maior conhecimento dessa perspectiva de geração de renda e de alternativa ao sistema capitalista informaremos a historicidade da economia solidária no Brasil no próximo item.

2.1. Um pouco da história da Economia Solidária no Brasil

Como vimos anteriormente, um dos principais motivos originários da economia solidária foi à necessidade das pessoas sobreviverem à exclusão social imposta pelo sistema produtivo capitalista vigente em nosso país.

Na segunda metade dos anos 70, com a desindustrialização do Brasil, milhões de brasileiros viram-se desempregados, nas décadas de 80 e 90 essa crise do desemprego aprofundou-se e os movimentos sociais reagiram mais fortemente. Diante de tal quadro a população unida ou de forma individual, foi à luta em busca de trabalhos alternativos para garantir seu sustento, em consequência de tais mobilizações ocorre uma intensificação das iniciativas solidárias. Singer destaca também, a fundamental participação de outras entidades para além da mobilização dos desempregados:

A reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente a Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a Universidades. (SINGER, 2006, p.112).

Dentre estas entidades que contribuíram com o desenvolvimento da economia solidária no Brasil podemos destacar a Cáritas (organismo social da Igreja Católica), entidade vinculada à Conferência Nacional de Bispos de Brasília (CNBB). Esta entidade foi

responsável pelo financiamento de milhares de pequenos projetos denominados Projetos Alternativos Comunitários, na década de 1980.

Surgem no contexto nacional importantes marcos ligados a reinvenção da Economia Solidária. Nos anos de 1989 e 1990, ganha destaque a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados; também merece destaque a criação, em 1991, da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG); assim como a criação da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol).

Em 1999, de uma parceria com a Central Única de Trabalhadores (CUT), a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (Unitrabalho) e o Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), criou-se a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Em 2001, foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, uma rede eletrônica que visa uma maior interação de notícias e opiniões ligadas à economia solidária. Vários outros programas de geração de trabalho e renda implantados por organizações não governamentais são exemplos da multiplicidade e intensidade de experiências que marcaram o ressurgimento da economia solidária no Brasil.

A institucionalização da economia solidária no país se inicia com a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária, em 2001, cujo objetivo era articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais de economia solidária no 1º Fórum Social Mundial. Em 2003, a partir deste grupo é criado o Fórum Nacional de Economia Solidária (FBES) e, de sua pressão, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), instituída pela Lei n. 10.683/03, bem como a indicação de seu Secretário, o professor Paul Singer.

Segundo Singer (2006), outro importante marco da economia solidária no Brasil são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). Estas Incubadoras são vinculadas desde 1999 a Fundação Unitrabalho, que por sua vez reúne mais de 80 entidades universitárias, tendo por objetivo apoiar empreendimentos de natureza social, buscando desenvolver a competência, a sustentabilidade e a competitividade empreendedora e profissional para essas organizações. No Distrito Federal, a Universidade de Brasília (UnB) é uma das universidades responsáveis por esta ITCPS na região.

Pensar a Economia Solidária no contexto do Distrito Federal pressupõe a análise de alguns aspectos relevantes desta região. O Distrito Federal, assim como em outras metrópoles do Brasil, apresenta altos índices de violência, desemprego e principalmente de desigualdades sociais. De acordo com Girard (2005), o cooperativismo no Distrito Federal não surgiu recentemente. Ele já era praticado há algum tempo, mas recentemente vem apresentando

significativo avanço. Em 1990, existiam aproximadamente vinte cooperativas no Distrito Federal. Hoje existem mais de cem cooperativas oficialmente legalizadas.

Esse avanço da Economia Solidária no Distrito Federal mexe com as bases sociais e serve de incentivo a outros governos que também se identificam com as questões populares, fomentando a criação de políticas públicas governamentais voltadas para a organização desse setor econômico solidário. O Distrito Federal vem ganhando destaque no cenário da Economia Solidária, principalmente através da realização e participação em eventos, sempre contribuindo com exemplos de experiências de sucesso.

Este breve histórico não contempla a história da economia solidária em sua totalidade, uma vez que neste exato momento outras iniciativas de economia solidária devem estar sendo desenvolvidas, mas nos permite vislumbrar um pouco do que é a economia solidária e como está vem sendo implementada.

Diante deste quadro traçado sobre a Economia Solidária, que reafirma uma história de lutas marcada por conquistas, muitos devem se questionar por que ela ainda não se consolidou em todo o país. Muitos são os pressupostos, mas uma das alternativas apresentadas com maior frequência para a consolidação da Economia Solidária seria implantar mais mecanismos que garantissem a visibilidade institucional da mesma, como fóruns conferências distritais e nacionais. Também é de fundamental relevância a participação do poder público – Ministério do Trabalho (MTE), do Desenvolvimento Social (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outros Ministérios e Órgãos Federais – para a implantação e desenvolvimento da economia solidária. (BRASIL, 2005, p. 07)

Definir as prioridades que dizem respeito à economia solidária são importantes práticas na elaboração de políticas públicas e de programas nessa área. Também é de suma importância apontar os mecanismos fundamentais ao controle da execução dessas políticas que foram elaboradas. Outro desafio da economia solidária é o fortalecimento do apoio entre as entidades de assessoria que praticam a economia solidária entre si e os fóruns de economia solidária, a fim de sensibilizar estas entidades para que elas tenham efetiva participação nos fóruns. Outra perspectiva a qual deve se buscar é a ênfase nas trocas solidárias e no consumo ético.

É importante salientar também a realização permanente de cadastros dos empreendimentos que realmente praticam a Economia Solidária, pois só assim teríamos conhecimento das reais dimensões da economia solidária no Brasil. “Com o mapeamento feito em 2005, cerca de 15 mil empreendimentos solidários foram localizados e caracterizados,

atestando a grande expansão que a Economia Solidária vem sofrendo no Brasil.” (BRASIL, 2005, p. 28).

A Economia Solidária é de fundamental importância para o despertar e levantar político e social do trabalhador, conscientizando-o de que a proposta de economia defendida pelo sistema capitalista jamais incluiria a todos, sem submetê-los a condições de marginalização e discriminação. Para Gadotti, a economia solidária abrange transformação:

A economia solidária não se resume a um produto, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um conceito. A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzido sem o sofrimento de pessoas ou de animais). Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente. A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso a economia solidária está estreitamente ligada à educação transformadora e à democracia econômica. (GADOTTI, p.24, 2009)

Diante destas perspectivas de exclusão do trabalho e da educação imposta pela Teoria do Capital Humano, não poderíamos deixar de considerar que sempre existirão demandas de pessoas em busca de seus direitos, sobretudo, de acesso aos bens coletivos da produção econômica. É isso que a Economia Solidária vem propor, ou seja, outra forma de economia, ou melhor, vêm resgatar uma economia mais antiga que tem por base princípios solidários e de cooperação. Nesta nova economia o trabalhador não é visto como capital humano e não tem que trabalhar até a exaustão, nem é obrigado a trabalhar sob risco, por remuneração inferior ao mínimo necessário para a satisfação de suas necessidades vitais básicas. Limitar estes direitos apenas a alguns, equivale a negar os direitos humanos básicos a uma maioria da população social, política e culturalmente excluída.

3ª PARTE

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

É diante desse cenário até aqui descrito, de necessidade e de negação da educação em um sentido amplo, que se realiza a modalidade da Educação de Jovens e Adultos a qual analisaremos nesse capítulo.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é hoje no Brasil objeto de inúmeras políticas públicas que se mostram contraditórias, pois ao mesmo tempo em que são resultado de lutas e reivindicações dos trabalhadores incorporam também a necessidade de dirigir as demandas sociais para atender aos interesses da produção capitalista.

Sabemos que a Educação, e principalmente a EJA sofre e sofreu as influências da sociedade capitalista e dos princípios da Teoria do Capital Humano. Como Paulo Freire inúmeras vezes apontou em seus escritos, veremos que a ideologia dominante influi diretamente nas práticas escolares, impondo uma educação para o recolhimento e submissão, não permitindo que o outro fale, argumente ou questione.

Para entender tais questões é necessário investigar a própria história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Faremos isso no próximo item.

3.1. Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando o sistema público de educação elementar no país começa a se consolidar. No decorrer dos anos 1930, tem início o desenvolvimento brasileiro o qual é entendido como um processo de transformação global. No seu transcorrer há uma acentuada alteração do quadro social, econômico, político e cultural do país, envolvendo transformações específicas em cada uma dessas áreas. Ocorre um surto de industrialização e de urbanização relacionados com modificações comportamentais marcadas

pela presença de uma nova composição social, notadamente uma classe média renovada, um segmento empresarial industrial atuante e uma dinâmica classe operária.

Segundo Ventura (2001, p. 1), “as políticas públicas educacionais só de efetivaram a partir da necessidade de qualificação e diversificação da força de trabalho, assim a problemática da EJA ganha expressão neste período”.

De acordo com Lopes e Sousa (2004, p. 03), a Constituição de 1934 que estabeleceu o Plano Nacional de Educação trouxe contribuições significativas, pois “indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.”

Na década de 40 surgiram novas iniciativas políticas e pedagógicas no sentido de fortalecer a EJA. Dentre estas podemos destacar a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), entre outros.

Segundo Jaqueline Ventura (2001), na década de 40 a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional nos centros urbanos. Houve a necessidade de se formar uma mão-de-obra qualificada⁴ e alfabetizada⁵, além de um contingente eleitoral.

De acordo com Ventura (2001), no governo de Juscelino Kubitschek, a aceleração e o planejamento do crescimento econômico colocaram em destaque o papel da educação no desenvolvimento, principalmente em termos de formação de recursos humanos, ou seja, o processo de desenvolvimento necessitaria de uma adequação do sistema educacional. Ventura (ano) diz que, essa relação seria justificada mais tarde pela Teoria do Capital Humano.

A formação de mão de obra qualificada para a indústria passa a definir toda a preocupação desenvolvimentista com a política educacional. Sua base é a educação voltada para o trabalho, tendo no mercado de trabalho o seu ponto básico de referência. A pretensão é torná-la técnica, especializada na medida do esforço técnico necessário para o tipo de desenvolvimento que se busca. Isto é, trata-se de uma educação que tem por finalidade adequar as novas gerações ao projeto de desenvolvimento em curso, com ela completando os elementos constitutivos do seu suporte na estrutura social. (CARDOSO apud VENTURA, 2001, p. 5)

⁴ O exemplo mais significativo é a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI.

⁵ No final dos anos 1940 e início dos anos 1960, ocorreram as campanhas de alfabetização em massa. São elas a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

Como vimos no capítulo 1, nas décadas de 1960 e 1970 a Teoria do Capital Humano consolida-se, defendendo que as pessoas compõem o capital do país. Essa teoria vai ligar-se a perspectiva tecnicista vendo a educação como formadora de recursos humanos para as tarefas da industrialização:

A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua "ineficiência" e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento - a educação geradora de um novo tipo de capital - o *capital humano*. A educação, para essa visão, se reduz a um fator de produção. (FRIGOTTO apud VENTURA, 2001, p.6)

Na década de 60 a figura de Paulo Freire ganha respaldo e sua pedagogia passa a ser fortemente difundida. Antes de Paulo Freire o processo de ensino baseava-se somente no método silábico, onde a educação prestava-se a mera junção de sílabas numa tentativa de formar palavras e frases soltas, desprendidas de sentido. Na maioria das vezes o processo de ensino e aprendizagem não passava de uma mera memorização e repetição dos conteúdos apresentados pelo professor. Paulo Freire introduz mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem dos Jovens e Adultos. Na concepção de educação de Paulo Freire o educando e o educador devem interagir, numa busca pelo diálogo e a formação crítica, a promoção da alfabetização não deve se dar no estrito sentido da palavra, mas a fim de promover o ensino da leitura e da escrita na perspectiva de formação de um cidadão consciente de seu papel.

Com a pedagogia de Paulo Freire, a década de 60 presenciou um novo impulso às campanhas de alfabetização de adultos. No entanto, com o Golpe Militar de 1964, as idéias de Freire juntamente com os movimentos de alfabetização que difundiam o fortalecimento da cultura popular, foram duramente reprimidos por serem considerados perturbadores da "ordem". Paulo Freire foi exilado no período de novembro de 1964 a março de 1980, por ser considerado um elemento de extrema periculosidade para o regime da época. Foram 16 anos de exílio.

Na década de 70, ainda sob a mão repressora da Ditadura Militar, foram implementados diversos programas assistencialistas e conservadores. Tem início às ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) criado pela Lei N° 5379, de 15/12/1967, no dia 08 de setembro de 1970 – Dia Internacional da Alfabetização. O projeto em questão tinha como foco atender à população entre 15 e 35 anos de idade a fim de erradicar o analfabetismo. Segundo Lopes e Sousa (2000, p. 06), o MOBRAL era um projeto que visava acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. Com ações centralizadas, materiais didáticos

e orientações esvaziadas de todo o sentido crítico e problematizador. Findado o prazo estabelecido, não poderia se esperar outro resultado: o Censo divulgado pelo IBGE registrou 25,5% de pessoas analfabetas entre a população de 15 anos ou mais. Em virtude deste resultado desastroso o programa passou por diversas reformulações.

Nos anos 80 o país passou por profundas transformações sócio-políticas em virtude do fim dos governos militares e a retomada do processo de democratização. No ano de 1985, o MOBREAL foi extinto dando lugar a Fundação EDUCAR. A partir do final dos anos 80, surgiram vários movimentos em favor da educação de jovens e adultos. Movimentos que buscaram e buscam ainda lutar por reconhecimento das especificidades dessas pessoas e melhores condições para que ocorra a EJA.

O primeiro deles foi o Movimento de Alfabetização - Mova. Sua primeira experiência foi em São Paulo, 1989, quando Paulo Freire era Secretário Municipal de Educação, e tinha como objetivo reduzir o analfabetismo no Brasil de forma a elevar a condição de escolarização pelo ato de ler, escrever e contar para pessoas que não tiveram acesso em período anterior. O Mova Brasil vê a Alfabetização dentro da perspectiva de Paulo Freire, ou seja, como um ato político de leitura e escrita articulado com a leitura do mundo. Oferece o acesso à Educação de forma adaptada às necessidades e condições dos alunos jovens e adultos.

Dando continuidade a essa luta, professores da Faculdade de Educação da UnB e da Fundação Educacional do DF, coordenaram a composição do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno - GTPA/DF⁶, ainda em 1989. O GTPA/DF é um movimento social e um espaço político de exercício de parcerias com autonomia, que se obriga à prática de cooperação permanente para viabilizar ações em favor da erradicação do analfabetismo de jovens e adultos no Distrito Federal e entorno e reivindicações políticas.

Com o objetivo de organizar reuniões preparatórias para a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, na Alemanha, em 1997, surge o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio de Janeiro. Esse foi o primeiro Fórum, mas atualmente,

⁶ No ano de 1989, dando continuidade às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos, os movimentos populares, professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e da Fundação Educacional do Governo do Distrito Federal coordenaram a constituição do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno – GTPA/DF, registrada em ata de 20 de outubro, com objetivo de instituir-se como espaço político organizado, em rede, da sociedade civil, de exercício de parcerias com autonomia, democrático e aberto a pessoas, movimentos, grupos, associações representativas, sindicatos, empresas, entidades interessadas na erradicação do analfabetismo no Distrito Federal e Entorno. (Fonte: Relatório-síntese do GTPA – Fórum EJA DF ao XI ENEJA – Disponível no endereço: http://forumeja.org.br/df/files/DOCdf_%20X_I%20ENEJA.pdf)

há Fóruns⁷ EJA em todos os estados brasileiros. Essa experiência impulsionou a realização de um encontro nacional, o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, que vem acontecendo desde 1999, anualmente. Nesses encontros participam educadores, gestores públicos, pesquisadores, representantes de universidades e organizações não governamentais, para discutirem a situação da EJA no Brasil e pensarem formas de melhorar as políticas públicas de Educação. Seu objetivo maior é estender a educação para todos buscando através desses encontros formas e soluções que a concretize.

Apesar dos avanços da década de 80, tem-se um enfraquecimento da EJA nos anos 90. A mesma começa a perder espaço nas ações governamentais. Já em 1990, quando o governo Collor assume o poder, a Fundação EDUCAR é extinta.

É importante frisar que por mais que estes programas governamentais tragam transformações e resultados significativos se não houver uma integração política entre os governos federais que assumem o poder não há como transformá-los em ações e efetivas e duradouras. Não raro acontece de mudar o governo e juntamente com ele os programas e ações adotadas. A implantação de uma política pública de Estado para a educação evitaria, dentre outros fatores, o desperdício de recursos públicos. No ano de 2003, no governo Lula, o MEC anuncia que a alfabetização de jovens e adultos será uma prioridade, em função disso cria a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, com o objetivo de erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos do então governo federal.

As principais críticas ao Programa Brasil Alfabetizado estão ligadas à duração do processo e à formação dos educadores, à falta de recursos e ao desligamento da alfabetização de seu contexto mais amplo. Mesmo com todas as limitações e equívocos o Programa Brasil alfabetizado trouxe grandes avanços à discussão sobre a problemática da Educação de Jovens e Adultos no país. Lançou-se ao desafio de encarar o educador e o educando da EJA de uma maneira diferente do tradicionalismo visto até então. Ele reafirma a idéia já defendida por Paulo Freire de que as atividades de ensino estejam diretamente ligadas à realidade dos educandos, embora ainda falte muito para este aspecto ser atingido, já constitui em avanço a menção do mesmo entre os objetivos estabelecidos.

Analisar o percurso da história da Educação de Jovens e adultos no Brasil nos permite concordar com Lopes e Sousa (2004) quando afirmam que apenas intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. É necessário dar

⁷ Para maiores informações sobre o Fórum de Eja do Distrito Federal acessar <http://forumeja.org.br/df/>, sítio virtual do GTPA - Fórum EJA/DF (Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização - Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal).

continuidade ao ensino básico. Também é preciso articular as políticas de EJA à outras políticas. É sobre as políticas públicas da EJA que discorderemos na próxima sessão.

3.2. Educação de Jovens e Adultos, Princípios e Bases Legais

A Educação de Jovens e Adultos possui uma base legal com indicativos de obrigatoriedade, gratuidade e respeito às especificidades da mesma, porém, o pleno exercício dessa legislação ainda deixa a desejar. Sendo assim, faz-se necessário conhecer essa legislação para que possamos fazer com que se cumpra.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu Capítulo III, Art. 205, defende a educação como um direito do cidadão e estabelece o princípio de que:

[...] **Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;[...] (BRASIL, CF, 1988).

Em 1996 a Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, em seu artigo 37, definiu que a educação de jovens e adultos deve atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tem uma determinada experiência de vida, participam do mundo do trabalho e tem, portanto, uma formação diferenciada das crianças e adolescentes, aos quais se destina o ensino regular.

A LDB aprovada não trouxe melhorias significativas à educação de adultos, antigas reivindicações por melhores condições de vida, que garantissem aos jovens e adultos possibilidades reais de aumento de sua escolaridade, não foram asseguradas na lei. A referida LDB abriga no seu Título V (Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino), Capítulo II (Da Educação Básica) a Seção V, denominada Da Educação de Jovens e Adultos, que é uma modalidade da educação básica nas suas etapas fundamental e média.

[...] **Seção V**
Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38º. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando o prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.[...] (BRASIL, 1996).

Esse artigo agravou ainda mais o problema de atendimento aos jovens de baixa escolaridade, pois rebaixou as idades exigidas, induzindo alunos ainda muito jovens a deixarem a escola regular na expectativa de, por meio desses exames, certificarem-se nos níveis fundamental e médio da educação básica.

Kruppa (2005) defende que a participação de jovens e adultos no processo de construção social como cidadãos e trabalhadores na LDB/96 recebeu amparo no Título III, do Art. 4º.

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

[...]

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996).

Para a autora, se fizermos uma leitura atenta nas entrelinhas da lei LDB, veremos que “há referências a uma EJA para além do que está explícito na Seção V, nos art. 37 e 38 – esses, sim voltam a tratar essa modalidade na perspectiva dos antigos cursos e exames supletivos.” (KRUPPA, 2005, p. 92). Segundo Kruppa, os incisos acima reforçam o que já é determinado pela Constituição Federal e avançam no que tange à necessidade de se pensar a permanência, com qualidade, dos alunos da EJA na escola.

Outro instrumento legal da EJA foi a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a oferta desta modalidade de ensino deve considerar:

[...] As situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II - quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

O Parecer nº 05/97 do Conselho Nacional de Educação aborda a questão da denominação “Educação de Jovens e Adultos” e “Ensino Supletivo”, afirmando que esta última expressão foi extinta, porém percebe-se que esta concepção permanece, tanto nas formações discursivas quanto no imaginário de muitos alunos e docentes, com sua perspectiva teórica, meramente compensatória para resgatar o "tempo perdido" daqueles que não se escolarizaram na idade apropriada, por razões várias e nitidamente reduzida em quantidade e, não raro, em qualidade.

Outro grande problema enfrentado pela EJA no campo das políticas públicas foi o financiamento da mesma. Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi implantada a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, que modifica os Artigos 34, 208, 211 e 212 da CF – 1998. Dessas mudanças foram instituídas regras de financiamento para a educação com a criação do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, pela Lei 9.424/96. Estas ações na prática, afirmavam que o ensino fundamental receberia tratamento prioritário em relação aos investimentos na educação mantendo assim, a educação de jovens e adultos na posição marginal que ela já ocupava nas políticas públicas de âmbito nacional.

Para Kruppa (2005):

O veto do presidente da república à inclusão dos dados de matrícula dos alunos de EJA, para o cômputo da redistribuição dos recursos do Fundo, fez com que os gestores públicos interpretassem cada aluno da EJA como uma despesa a mais, sem recursos vinculados para cobri-las. Não é preciso dizer que, para a EJA, os prejuízos com a implementação do Fundef foram imensos. (KRUPPA, 2005, p. 98).

Através dessa breve análise sobre as bases legais para a educação de jovens e adultos podemos perceber que, as necessidades educativas dessa modalidade, quando abordadas, foram tratadas como política de caráter emergencial e de importância secundária.

Nosso grande desafio como educadores transformadores da realidade social é pensar juntamente com nossos educandos maneiras de rompermos com essa ideologia dominante, buscando práticas mais humanas e solidárias, onde o educando se enxergue como agente de transformação de sua realidade social.

De acordo com o Documento Base Nacional Preparatório a VI Confintea⁸ (Conferência Internacional de Educação de Adultos), a educação de jovens e adultos deve ter como princípios:

- Sua inserção num modelo educacional inovador e de qualidade, orientado para a formação de cidadãos democráticos, sujeitos de sua ação, valendo-se de educadores que tenham formação permanente como respaldo da qualidade de sua atuação.
- Currículo variado, que respeite a diversidade de etnias, de manifestações regionais e da cultura popular, cujo conhecimento seja concebido como uma construção social fundada na interação entre a teoria e a prática e o processo de ensino e aprendizagem como uma relação de ampliação de saberes.
- A educação de jovens e adultos deve abordar conteúdos básicos, disponibilizando os bens socioculturais acumulados pela humanidade.
- As tecnologias da informação e da comunicação (TICs) existentes devem ser colocadas à disposição da melhoria da atuação dos educadores.
- A articulação da educação de jovens e adultos à formação profissional, no atual estágio de desenvolvimento da globalização da economia, marcada por paradigma de organização do trabalho, não pode ser vista de forma instrumental, mas exige um modelo educacional voltado para a formação do cidadão e do ser humano em todas as suas dimensões.
- O respeito aos conhecimentos construídos pelos jovens e adultos em sua vida cotidiana.

⁸ A Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI) proporcionou uma importante plataforma para o diálogo sobre políticas e aprendizagem de adultos e educação não formal em âmbito global. A Conferência envolveu os países-membros da UNESCO, agências das Nações Unidas, agências multilaterais e bilaterais de cooperação, organizações da sociedade civil, setor privado e aprendizes de todas as regiões do mundo. A IV CONFINTEA foi realizada em Belém do Pará, de 1º a 4 de dezembro de 2009.

Em uma breve análise sobre os resultados da VI Confintea, verificamos que ela reafirma os compromissos da V Confintea realizada em Hamburgo em 1997, os quais ainda não foram plenamente assumidos e, portanto, permanecem como referência para os Estados-membros e reafirma concepções e conceitos fundamentais, quando retoma a perspectiva de entendimento da defesa da educação de jovens e adultos como sujeitos de direito; reafirma a necessidade do compromisso de políticas de Estado com financiamento, avaliação e monitoramento das ações voltadas para processos formais e informais de educação e aprendizagens ao longo da vida. O documento da conferência também destaca a importância da ação de alfabetização como parte inerente da educação e sendo assim precisa ser um processo contínuo, além de reconhecer a diversidade e pluralidade que compõe os sujeitos que demandam a educação de jovens e adultos.

Para Paulo Freire, “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o regime opressor”. (FREIRE, p.58, 2005).

Dentro desta perspectiva de busca por alternativas as práticas políticas, econômicas e sociais vigentes na educação de jovens e adultos é que se enquadra a Economia Solidária. É sobre a relação entre a educação de jovens e adultos e a economia solidária que se desenvolve o item seguinte.

3.3. A Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos

A educação de jovens e adultos recebeu importância secundária nas políticas públicas nacionais, como mencionado no item anterior, e isso ao longo dos anos desencadeou problemas irreparáveis a esta modalidade. Ao pensarmos no desafio de construir uma política pública que realmente valorize e reconheça o sujeito da EJA, devemos buscar uma educação diferente que tenha como perspectiva a construção de uma sociedade igualitária e que reconheça a educação ao longo da vida como direito inalienável de todos.

Para Arruda (2005):

Educação de Jovens e Adultos (EJA) é coisa de países pobres ou empobrecidos. Ela existe porque existem excluídos, porque existem crianças cujo direito à educação foi negado pela própria condição de terem que usar sua infância para trabalhar. Com pouco ou nenhum estudo, jovens e adultos trabalhadores ficaram limitados a ocupações informais ou ao subemprego (...). (ARRUDA 2005).

O aluno trabalhador da EJA é considerado, em nossa sociedade capitalista, como vazio de conhecimentos e nesse sentido a tarefa incumbida à educação de jovens e adultos seria enchê-lo dos conteúdos necessários para desenvolver seu papel na sociedade e no mercado de trabalho como defende a Teoria do Capital Humano. Nesse sentido, Paulo Freire (2006) afirma que o educando é visto como um ser vazio que necessita ser preenchido pelo professor para poder cumprir sua função.

Arruda (2005) afirma que, para o sistema capitalista em que vivemos, a educação de jovens e adultos é orientada principalmente para o trabalho, a ocupação principal destinada a esses jovens e adultos não é, e nem pode ser, estudar, mesmo quando entram para um curso de EJA. Sendo assim, o autor indaga: “o objetivo seria “capacitar” o trabalhador para ele competir com maior chance no mercado de trabalho? Seria treiná-lo em conhecimentos que lhe permitam competir melhor contra outros trabalhadores na busca de um emprego?” (Arruda, 2005. p. 32).

As indagações do autor nos remetem a Teoria do Capital Humano, analisada no primeiro capítulo, onde a educação é vista como forma de capacitar o ser humano, considerado como um recurso, um capital. Os trabalhadores, nessa teoria, transformam-se em capitalistas de si próprios e ao investirem e aumentarem sua escolaridade e competências para produzir obteriam maiores ganhos. Podemos dizer que o ser humano nessa perspectiva seria reduzido a uma mercadoria.

Vivemos em uma economia de mercado que coloca o aspecto financeiro acima de todos os demais e transforma tudo em mercadoria, valorizando as pessoas pelo seu padrão de consumo. O Brasil possui milhares de jovens e adultos que não conseguem espaço no sistema capitalista atual e assim perdem a esperança de uma vida melhor.

Os desafios da relação entre educação e o mundo do trabalho na EJA são particularmente complexos, de acordo com Kruppa (2005). A questão mais preocupante para a autora é o reducionismo dessa relação à perspectiva de emprego. Esse reducionismo impede uma visão ontológica do trabalho, como constituinte do sujeito na sua totalidade. Kruppa defende que, pensar as categorias relacionadas ao trabalho no campo da EJA implica em desmistificar concepções alienantes que colocam indivíduos na condição de meros reprodutores. O lugar do trabalho na vida do jovem e adulto precisa ser o lugar do ser, onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura.

Muitos dos trabalhadores da EJA, nunca ouviram falar em economia solidária, acreditando, que existem apenas os valores estipulados pelo sistema atual hegemônico e excludente. A economia solidária surge nesse sistema tentando mostrar a esses jovens e adultos que a economia deve sustentar a qualidade de vida de todas as pessoas no limite das condições sustentáveis ao planeta e deve servir ao bem comum, universalizando os direitos sociais, culturais e econômicos.

Nessa nova perspectiva a educação tem outra finalidade. É uma educação para relações horizontais onde todos têm o mesmo nível de argumentação, o direito de falar e escutar. A educação na perspectiva da economia solidária é capaz de romper com as desigualdades de classe, de gênero, raça e etnia, combatendo a discriminação, valorizando e respeitando o ser humano, e acrescentando a capacidade de diálogo, cooperação e solidariedade.

A economia solidária tem se caracterizado como um processo de iniciativas coletivas, solidárias e autogestionárias, para geração de trabalho e renda tanto no campo como na cidade, onde o valor do trabalho supera o valor do capital. Entenda-se aqui o trabalho como a produção da vida, onde a convivência humana vem em primeiro lugar e não a exploração das pessoas, onde o trabalho coletivo supera o individualismo e onde os trabalhadores são os proprietários dos meios e modos de produção.

Estas iniciativas não podem ser vistas apenas como possibilidades de inserir os jovens e adultos no mercado de trabalho ou de minimizar o conflito entre o capital e o trabalho. Para Ireland (2005, p. 98):

O que se observa com a busca de uma outra lógica de geração de emprego e renda, como no caso das experiências ligadas à Economia Solidária, é que a EJA tem um papel fundamental nesse processo, não apenas no sentido de contribuir para que os jovens e adultos coloquem-se diante das relações capital e trabalho por outro prisma, mas também, porque esse pode ser o caminho de mudanças dos próprios prismas da escolarização para esses alunos. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social por apresentar uma alternativa viável de geração de trabalho e renda, garantindo a satisfação das necessidades de quem está nela envolvido. Ela propõe-se a refletir sobre a organização da produção e da reprodução da sociedade de modo a diminuir as atuais desigualdades e difundir os valores da solidariedade humana.

Entre os pontos fundamentais da economia solidária estão o resgate da produção coletiva, da autogestão do empreendimento, da negociação em redes e do consumo solidário. A autogestão na economia solidária, segundo Singer (2002), é entendida como um processo

de responsabilidades compartilhadas onde todos participam nas decisões e ações a serem tomadas e realizadas.

A autogestão para Albuquerque (2003, p. 20) é:

O conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais (...).

Nesse sentido a autogestão não se apresenta pronta, mas demanda tempo e dedicação, através de um processo de aprendizagem de novos valores nas organizações sociais, nas relações pessoais e de uma outra forma de relação com o poder. Marx (1980, p. 26) nos lembra que:

(...) o trabalho cooperativo, por melhor que seja nos princípios e útil na prática, se limitado a um setor restrito, ligado a tentativas e esforços isolados e dispersos dos trabalhadores, jamais será capaz de deter a progressão geométrica dos monopólios, nem de liberar as massas, nem ainda de aliviar de maneira sensível o peso da miséria (...).

Podemos perceber que, a educação de jovens e adultos tem muito a aprender com a interlocução com as iniciativas populares coletivas solidárias, permeadas pela autogestão. Para repensar os processos de trabalho e produção, precisamos também repensar os processos educativos. Só podemos falar em educação de jovens e adultos quando os sujeitos com e a partir dela, se inserem na sociedade como interventores do processo político, social, econômico e cultural. A Educação de jovens e adultos deve formar seres atuantes, autônomos e ao mesmo tempo solidários que participam dos movimentos da sociedade.

A escolarização de jovens e adultos, dentro da perspectiva da economia solidária, abre possibilidades de locomoção, de inserção social, de exercício da liberdade e da cidadania. A interlocução da EJA com a economia solidária proporciona uma riqueza de saberes advindos de uma parceria baseada na dialogicidade, que presume a compreensão de uma democracia plural que abraça as diferenças e respeita a diversidade.

Infelizmente a organização escolar no mundo inteiro, eu diria, não só no Brasil, é hierárquica, seguem o modelo capitalista. Você tem quem obedece, que são os alunos e você tem quem manda, que são os professores. E acima deles, diretoria e assim por diante, mas é uma relação autoritária. Quem decide se o aluno aprendeu ou não é o professor. Na economia solidária não tem que ser assim, eu espero que na educação de jovens e adultos também não tenha que ser assim. É possível, e eu acho que é necessário que haja, como Paulo Freire nos ensinou, uma troca de

aprendizados. O professor sabe de coisas que os alunos não sabem, e os alunos sabem de coisas que o professor não sabe. (SINGER, 2010)⁹.

Paul Singer defende ainda que:

A prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam re-educadas (...). Essa re-educação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado, dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros. (SINGER, p. 16, 2005)

Mas para que esse verdadeiro aprendizado ocorra é preciso que ele se dê no campo prático indo além do teórico, pois a economia solidária só existe quando realmente há reciprocidade entre as pessoas. Portanto, a economia solidária é uma alternativa democrática viável em contraposição à lógica perversa do capitalismo e da Teoria do Capital Humano. A sua construção coletiva, entretanto, será obra de todos que se dispuserem a praticar a colaboração solidária gerando assim, a democrática sustentação do bem comum.

⁹ SINGER, Paul. Transcrição VT da Webconferência: Marcos Estratégicos das Ações de EJA – Outubro/2010. 06 min 43 seg. Produção Portal dos Fóruns de EJA, 2010. (Fonte: <<http://forumeja.org.br/audiovisualxeneja>>).

4ª PARTE

METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa foi elaborada com base no objetivo geral de analisar os princípios da Teoria do Capital Humano na Educação de Jovens e Adultos, buscando compreender em que medida a Economia Solidária pode contribuir para combater as desigualdades sociais que a cada dia exclui parcelas significativas da população.

Para a realização deste estudo foi utilizado, como instrumento de pesquisa, a entrevista semi-estruturada individual e em profundidade (Gaskell, 2008) com estudiosos e especialistas na área da Educação de Jovens e Adultos e/ou da Economia Solidária. A escolha pela entrevista individual em profundidade foi considerada a mais adequada por atender satisfatoriamente o objetivo da pesquisa.

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Desta maneira, como na análise de Demo (2001, p.10) sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Possibilita ainda identificar problemas, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada.

A entrevista em pesquisa qualitativa procura ampliar o papel do entrevistado ao fazer com que o pesquisador mantenha uma postura de abertura no processo de interação, evitando restringir-se às perguntas pré-definidas, de forma que a palavra do entrevistado possa encontrar brechas para sua expressão. É prática comum a elaboração de um roteiro apresentado sob a forma de tópico guia¹⁰ que oriente a condução da entrevista, mas que de modo algum impeça o aprofundamento de aspectos que possam ser relevantes ao entendimento do objeto ou do tema em estudo. Para a elaboração dos tópicos, é importante

¹⁰ Ver GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: Bauer, M.W e GASKEL, G. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. tradução de Pedrinho A. Guareschi. –Petrópolis, RJ : Vozes 7 ed., 2008.

que o pesquisador avalie seus interesses de investigação e proceda a uma crítica da literatura sobre o tema (Gaskell, 2008).

A entrevista individual é uma interação de díade (Gaskell, 2008), implica a conversação um a um, indicada quando o objetivo da pesquisa é conhecer em profundidade os significados e a visão do entrevistado. A pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única, passando do entrevistado para o entrevistador, mas sim é uma troca de idéias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Sendo assim, tanto o entrevistado como o entrevistador estão, de maneiras diferentes, envolvidos na produção de conhecimento (Bauer & Gaskell, 2008).

Segundo Gaskell (2008, p. 68), “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Pesquisa qualitativa diz respeito aos significados, conceitos, definições, características, metáforas, símbolos e descrição das coisas. A pesquisa qualitativa usa algumas das técnicas a seguir: observação participante, entrevista, técnicas fotográficas, vídeo, análise histórica, análise de textos e documentos, pesquisas etnográficas, experimentos etnometodológicos (Resês apud Berg, 2008).

O registro das entrevistas foi feito por meio de gravação em audiovisual, com o suporte de uma câmera de vídeo, sob a direção de duas auxiliares voluntárias da pesquisa¹¹. A escolha do tipo de registro foi feita pensando na possibilidade que este nos oferece de registro literal e integral, de captação das expressões verbais e não-verbais dos entrevistados, conferindo o máximo possível de fidelidade no processo de compreensão e registro escrito do conteúdo coletado além da facilidade de disponibilização do referido suporte pela própria Faculdade de Educação, por meio do Programa de Extensão Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos - EJA Brasil.

4.1. Participantes da pesquisa

A presente pesquisa privilegia a participação de cinco professores da área da educação, economia e sociologia. Os participantes foram escolhidos tendo em vista a sua

¹¹ Alunas de graduação em Pedagogia, Daniele Estrela e Meire Cristina Cunha, estudantes respectivamente do 8º e 7º semestre e participantes do Projeto 03 de Educação de Jovens e Adultos - EJA, Movimentos e Redes Sociais - Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil-DF/Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em Rede na Diversidade – CTARD.

atuação no campo da Educação de Jovens e Adultos e/ou da Economia Solidária. A tabela a seguir faz uma síntese da vida acadêmica de cada participante.

Nome	Formação acadêmica	Linhas de pesquisa
Maria Luiza Pereira Angelim	1962 – 1965: Graduação em Serviço Social. Universidade Católica de Salvador, UCSAL, Brasil. 1974 – 1977: Especialização em Educação – Ensino. Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. 1985 – 1987: Mestrado em Educação. Universidade de Brasília, UNB, Brasil.	• Educação de Adultos – Permanente • Auto- formação – Histórias de vida • Tecnologias na educação • Educação a distância • Educação e Trabalho • Alfabetização de Jovens e Adultos – Paulo Freire • Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em rede • Formação Profissional
Maria Margarida Machado	1993 – 1996: Especialização em Especialização em Políticas Públicas. Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil. 1994 – 1997: Mestrado em Mestrado em Educação. Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil. 1999 – 2002: Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade	• Estado e Política Educacional • Educação de Jovens e Adultos. • Políticas Públicas para EJA • Formação de Professores para EJA

	Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.	
Paul Israel Singer	1955 - 1959: Graduação em Economia e Administração. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 1962 – 1964: Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.	• Força de Trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969 • A experiência histórica do desenvolvimento brasileiro • Organizações voluntárias em São Paulo • Cenários alternativos do futuro brasileiro • O Brasil e a economia mundial em crise • Evolução do Setor Terciário no processo de desenvolvimento • Urbanização e emprego no Brasil • América Latina: o desafio da estagnação • Economia Solidária
Renato Hilário dos Reis	1985 – 1988: Mestrado em Educação. Universidade de Brasília, UNB, Brasil. 1996 – 2000: Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.	• A relação Universidade-População na extensão universitária • Bases Político-Filosóficas da Alfabetização de Jovens e Adultos • Alfabetização e Formação em processo de Alfabetizadores de Jovens e Adultos de camadas populares enquanto articulação de ensino, pesquisa e extensão e construção de Cidadania-Projeto de Pesquisa-Ação • A Constituição do Sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de Jovens e Adultos

Sônia Marise Salles Carvalho	1988 – 1991: Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. 2004 – 2008: Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília, UNB.	• Divisão social e sexual do trabalho no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus • Cultura das organizações e suas influências nas relações de gênero • A Organização militar e seus impactos na estrutura da Amazônia • Sociologia da Educação e relações de gênero • Sociologia do Trabalho e Subjetividade • Incubadora de rede de Economia Solidária do Distrito Federal
--	--	--

Tabela 01: Perfil acadêmico dos participantes das entrevistas. Criado pela autora a partir das informações disponíveis no endereço: <http://lattes.cnpq.br/>.

4.2. Análise dos dados

Realizou-se a análise qualitativa das entrevistas por meio da técnica de Análise de Conteúdo Categorical Temática¹². As quatro categorias-síntese resultantes do processo de investigação orientaram-se pelas seguintes etapas procedimentais descritas por Bardin (1977):

- ✓ leitura flutuante;
- ✓ leituras subseqüentes para verificação de recorrência das verbalizações;
- ✓ demarcação frequencial das verbalizações;
- ✓ organização dos temas;
- ✓ elaboração e definição das categorias.

As primeiras leituras tiveram o intuito de perceber impressões e significações do texto. Posteriormente, foram realizadas sucessivas leituras das transcrições com muita atenção e

¹² Ver Bauer, M.W e GASKEL, G. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.–Petrópolis, RJ : Vozes 7 ed., 2008.

cuidado para verificar a recorrência das verbalizações e posteriormente fazer a organização dos temas. As categorias foram criadas pelo grupamento das temáticas/assuntos por semelhança de conteúdo. Para a organização dessas categorias obedeceu-se aos critérios apresentados por Bardin (1977), a respeito de uma boa categoria: a exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade.

A tabela abaixo mostra o quadro-síntese das categorias resultantes da análise das entrevistas com os professores.

Categorias	Definições
Influência da Teoria do Capital Humano na EJA	Acontece na medida em que a educação destinada a EJA é tratada como forma de qualificar os jovens e adultos para o mercado de trabalho, inferindo nas estratégias didático-pedagógicas e nas políticas educacionais quanto à metodologia, planejamento e intervenção.
Políticas Públicas destinadas a EJA	É necessário um investimento maior para a EJA e uma concepção política que não tenha apenas a intenção de investir no jovem e adulto trabalhador enquanto capacitação, qualificação e treinamento voltado para o processo produtivo capitalista e que não veja a escola como um campo de consumo do conhecimento.
Relação entre Economia Solidária e EJA	Os princípios da Economia Solidária são reconhecidos como necessários e como possibilidades futuras para que os jovens e adultos trabalhadores não sejam vistos apenas como força de trabalho para o sistema capitalista hegemônico. Os preceitos de solidariedade e autogestão são vistos como alternativas por vir possíveis, para uma educação de EJA articulada ao mundo do trabalho menos excludente, emancipadora, libertadora e transformadora da realidade.
A solidez da Economia Solidária no sistema hegemônico	A Economia Solidária, apesar dos seus preceitos, ainda é vista como utópica e em uma perspectiva reformista dentro do capitalismo. Pode ser que essa concepção vá se fortalecendo através de conquistas gradativas e assim vá rompendo com o sistema capitalista hegemônico de modo a criar uma sociedade e uma educação que não estejam calcadas nos ideais do individualismo e da competitividade.

4.3. Discussão

A Análise de Conteúdo realizada nessa pesquisa nos permite verificar que, a Teoria do Capital Humano trouxe consequências graves à concepção de educação, concepção essa que passou a ser fundamentada nas necessidades do capitalismo. Sendo assim, a educação foi restrita a idéia de um investimento necessário para que o indivíduo possa ter uma qualificação e formação para o mercado de trabalho.

Os fundamentos da Teoria do Capital Humano, ou seja, essa visão equivocada de qualificação para o trabalho foi incorporado à educação de jovens e adultos. Sendo assim, a educação destinada a EJA tem a mera função de qualificar esses sujeitos para o sistema de produção capitalista, fornecendo a essa modalidade condições mínimas de ensino que lhes permita condições de competir no mercado de trabalho. Nas políticas públicas destinadas a educação de jovens e adultos, podemos perceber que, as necessidades educativas dessa modalidade, quando abordadas, foram tratadas como política de caráter emergencial e de importância secundária.

Diante disso, surge à possibilidade de a educação de jovens e adultos ser realizada dentro da perspectiva da economia solidária, abrindo possibilidades de mobilidade, de inserção social, de exercício da liberdade e da cidadania. A interlocução da EJA com a economia solidária proporcionaria uma riqueza de saberes advindos de uma parceria baseada na solidariedade, na autogestão e no conhecimento coletivo.

Os resultados, porém indicam que a interlocução da EJA e da Economia Solidária ainda está longe de se tornar realidade, sendo caracterizado ainda como ações pontuais dentro da educação de jovens e adultos. Verifica-se nas elocuções dos professores, que os princípios e valores defendidos pela economia solidária são vistos como fundamentais para a construção de uma sociedade política, econômica e cultural mais justa e menos excludente, porém ainda são tratados como utópicos mediante o sistema capitalista hegemônico.

Os entrevistados acreditam que, apesar do pouco espaço que a economia solidária possui hoje, ao longo do tempo, através de conquista e lutas gradativas, ela pode romper com os ideais do capitalismo e assim construir uma outra lógica de sociedade, que vai influenciar de forma mais decisiva a educação de jovens e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas décadas se passaram, porém a Teoria do Capital Humano se revestiu de novas idéias e incorporou novos “parceiros” para disseminar os ideais mercadológicos. A educação continua, direta ou indiretamente, servindo ao capital, ou seja, formando a mão de obra e o tipo de homem que é útil para este sistema, além de mascarar as desigualdades sociais provocadas por este modelo. A educação atrelada aos interesses econômicos do capital, leva à perpetuação do sistema capitalista, cujo poder está em poucas mãos.

A escola tem se constituído em uma instituição reprodutora das relações sociais de produção, geralmente é usada como mediadora dos interesses do capitalismo. Saviani (2000, p. 96) nos lembra que deve haver “a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência e cujo compromisso seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação.” A educação, influenciada pela Teoria do Capital Humano, centra seus princípios e práticas nos padrões do mercado, na racionalidade mercantil, produtividade, competitividade e individualidade.

Nesta pesquisa podemos perceber o quanto a Educação de Jovens e Adultos foi afetada pela Teoria do Capital Humano e sofre as conseqüências disso até hoje. A EJA pensada dentro dos preceitos dessa teoria é destinada a uma educação voltada para a formação e treinamento desses indivíduos apenas para o mercado de trabalho. É preciso pensar numa Educação de Jovens e Adultos verdadeiramente preocupada em restaurar um direito negado, e não apenas em sanar questões isoladas e pontuais de acordo com as necessidades que surgem, ou seja, seguindo padrões e ditames do sistema capitalista hegemônico. De acordo com a opinião de Kruppa (2005), a educação para os jovens e adultos deve ser um direito não voltado para o mercado, mas sim para a vida, a felicidade, a criação, a contestação política, a crítica, enfim, para entender-se como ser humano. Assim, surge a busca por uma proposta de educação que reflita a atual situação e proponha uma ruptura visando uma educação que alcance a todos.

Neste trabalho me lancei à difícil empreitada de pensar a Educação de Jovens e adultos nas perspectivas da Economia Solidária como forma de romper com os princípios da Teoria do Capital Humano calcados na educação destinada a EJA. De início parecia uma missão quase impossível, mas após algumas análises e reflexões cheguei à conclusão de que esse seria o casamento perfeito. Tenho certeza de que iniciei uma discussão a respeito dessa relação, pois as possibilidades são imensas e a envergadura da Economia Solidária ainda

ganha dimensão na sociedade brasileira, portanto, tem muitas barreiras para enfrentar e vencer caminhando assim, na direção da formação de uma sociedade baseada na solidariedade, na autogestão e na construção do conhecimento coletivo.

A Educação de Jovens e Adultos quando aliada aos princípios e fundamentos da Economia solidária atua diretamente na conquista da emancipação, no rompimento com a situação de exclusão e inferioridade, a qual muitos jovens e adultos estão submetidos por não terem acesso a educação. Não nos restam dúvidas de que a nova realidade proposta pela Economia Solidária no mundo social e do trabalho contribui, de forma relevante, para o fortalecimento de sujeitos sociais conscientes de seus direitos e deveres, sujeitos realmente cidadãos, em busca da formação de uma sociedade mais humana, justa e igualitária. A Economia Solidária busca abrir espaço para o trabalho com os indivíduos numa perspectiva de emancipação e de conquista de autonomia através da realidade dos mesmos e da reformulação de concepções e valores que lhes foram pré-estabelecidos.

Sendo assim, de acordo com Singer (2000) a economia solidária pode ser concebida como alternativa superior ao capitalismo, indo além da mera produção e consumo de bens. Ela vem mostrar que é possível organizar a produção e reprodução da existência humana em novas bases, nas quais o sucesso de uns não prove do fracasso e da exclusão de outros.

Diante das colocações dos professores entrevistados, percebe-se que a maioria acredita na Economia Solidária como uma possibilidade que ainda não é concreta na nossa sociedade e na Educação de Jovens e Adultos, mas que pode vir a se tornar a alternativa para a construção de uma sociedade política, econômica e cultural mais justa e menos excludente. Para os entrevistados, ainda há muitas barreiras para serem vencidas até que se efetue concretamente a interlocução da EJA com a Economia Solidária.

Por fim, acreditamos que é possível construir uma economia em busca do bem estar do homem, onde não há um explorador e um explorado; uma economia que pregue a autogestão e cooperação; uma economia que gere renda, produção, trabalho e ao mesmo tempo respeite o trabalhador e o consumidor; uma economia que invista no ser humano e no desenvolvimento local. É possível construir uma sociedade assim desde que haja uma unicidade entre as pessoas em busca destes objetivos.

A economia solidária tem que ser vista como um projeto de vida, se não para essa geração ao menos para as próximas, afinal ao realizar essa pesquisa espero estar contribuindo para disseminar as sementes de uma nova realidade social.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Quando iniciei minha graduação em Pedagogia não tinha claro o caminho que queria percorrer, apenas sabia que queria trabalhar com pessoas, que assim como os meus pais, não tiveram oportunidades na vida de estudar e construir um futuro melhor.

As minhas experiências ao longo da graduação com a Educação de Jovens e Adultos, muito contribuíram para meu crescimento acadêmico e pessoal, proporcionando-me novos olhares, permitindo uma práxis de inestimável valor a minha formação enquanto Pedagoga. Descobri no ato de ensinar a grandiosidade de aprender com o outro, descobri também que um mundo mais justo é possível, um mundo onde o bem comum vence o individualismo e a exclusão.

Mesmo ciente de todas as mazelas e dificuldades que irei enfrentar como educadora não deixei de acreditar na educação, visto que é por meio dela que posso contribuir para formação de sujeitos conscientes. Ainda tenho pouca experiência com a prática docente em si, por isso pretendo me aprofundar mais nessa área e em um futuro bem próximo ingressar no mestrado.

Espero atingir meus objetivos, que os momentos de dificuldade sirvam de aprendizado e que cada conquista sirva de incentivo para a descoberta de novos caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACÁCIA, Kuenzer. **Ensino de 2º grau: O trabalho como princípio educativo**. 3edª. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Bointempo Editorial, 2007.

ARRUDA, Marcos. **Redes, Educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos**. In KRUPPA, Sônia M. Portella (org). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Inep/MEC, 2005, p.31-40.

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BAUER, M.W e GASKEL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.–Petrópolis, RJ : Vozes 7 ed., 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 05 aprovado em 07 de maio de 1997**.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 1 de 5 de julho de 2000**.

_____. . **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. SECAD – Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Coleção Cadernos de EJA**. São Paulo, 2007.

_____. Ministério da Educação – MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. **Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA**, 2009.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Papirus, 2001

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 34ª. ed., (Coleção Leitura), 2006.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 47ª. ed., 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 3ª Edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo**. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 2001.

GIRARD, Christiane. **MTE/ SENAES, Documentos**. In *1ª Conferência Nacional de Economia Solidária*, 2005.

IRELAND, Timothy D; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Vera Esther J. da Costa. **Os desafios da educação de jovens e adultos**. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep/MEC, 2005.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, INEP: 2005.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do Trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo, Scritta, 1994.

LIMA, Jacob C. **O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas**. In: Druck, Graça e Franco, Tânia. *A Perda da Razão Social do Trabalho – terceirização e precarização*. São Paulo: Bointempo Editorial, 2007.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia?** Disponível em: <www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 29/03/2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes – A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Redes de colaboração solidária**. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RÊSES, Erlando da Silva. **... E com a palavra: os alunos – Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio**. Brasília, UNB/Departamento de Sociologia, 2004 (dissertação).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. **Trabalho e educação: fundamento ontológicos e históricos**. In: *Revista Brasileira de Educação*. V.12, N°4, 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SINGER, Paul Israel (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Economia Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **(Transcrição VT da Webconferência: Marcos Estratégicos das Ações de EJA – Outubro/2010)**. 04 min 52 seg. Produção Portal dos Fóruns de EJA, 2010. Disponível em <<http://forumeja.org.br/audiovisualxeneja>>.

TODESCHINI, Remigio. **Empreendimentos Solidários em expansão**. In: Guimarães, Gonçalo (org.); Sindicalismo e Cooperativismo – A Economia Solidária em debate – Transformações no Mundo do Trabalho. Unitrabalho, 2000.

VENTURA, Jaqueline P. **O PLANFLOR e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: a subalternidade reiterada**. Dissertação – (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

Sites:

FBES. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: 21/04/2011

Fórum EJA Brasil. **Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil**. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br> Acesso em: 26/03/2011.

GTPA/DF/ Fórum EJA DF. **Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal/ Fórum de Educação Básica de Jovens e Adultos do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/df>. Acesso em: 18/05/2011.

Banco de Currículos lattes do CNPq. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 16/06/2011.

Composição do **Sistema S**. Disponível em: <http://www.senai.br/br/ParaVoce/faq.aspx>. Acesso em: 08/06/2011.

ANEXOS

Tópico guia das entrevistas

- ✓ Influências da Teoria do Capital Humano na Educação de Jovens e Adultos.
- ✓ Problemas causados pelos princípios da Teoria do Capital Humano na relação educação e trabalho na EJA.
- ✓ Educação reduzida à qualificação para o mercado e não como forma de humanizar o sujeito.
- ✓ Políticas educacionais voltadas aos interesses do capital e do mercado criando o caráter individualista e competitivo na educação.
- ✓ A Economia Solidária surge como uma forma de resistência às dinâmicas de exclusão social impostas pelo capitalismo.
- ✓ Economia solidária propõe uma educação sustentável que cuida da diversidade num contexto onde cada vez mais temos que enfrentar incertezas.
- ✓ Economia solidária como alternativa a EJA?

Transcrição das entrevistas

Entrevistada: Maria Luiza Pereira Angelim

Professora, meu trabalho de conclusão de curso pretende analisar as implicações da Teoria do Capital Humano e da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos. A Teoria do Capital Humano trata/vê o homem como capital humano. A educação segundo essa teoria é um investimento individual capaz de elevar a renda futura do estudante há uma analogia entre produtividade do capital e a educação. Você acha que a Eja ao longo da sua história sofreu influência dessa teoria?

Bom primeiro que, a Teoria de Capital Humano, ela surge exatamente, em uma primeira compreensão do capitalismo que é de usar a mão-de-obra então, essa mão-de-obra né era empregada e ela produzia e o papel do capitalista, era remunerar e reproduzir essa mão-de-obra pura e simplesmente. Na medida em que, a evolução tecnológica e as exigências de uma qualificação maior alterar, sobretudo no campo da indústria, foi sendo exigido, portanto que esse trabalhador tivesse mais do que simplesmente uma escolaridade básica ou procedimentos simples e o que os capitalistas descobriram, e aí são os empresários que na medida em que investissem na qualificação desse trabalhador ele rendia muito mais não pra ele, ele rendia para a empresa ou seja aquele qualificado daria menos desperdício porque ele não estaria né usando mais do que necessário da matéria prima e das operações e... De máquinas e de tecnologia de procedimentos e ao mesmo tempo eles estariam dando uma produtividade de mais velocidade mais rendimento etc. Bom, é essa compreensão de que não apenas se paga salário, mas também se investe na qualificação do trabalhador é que o Schultz, Theodoro Schultz né teorizou, ele disse: “olha de fato observando empresas em que além do salário e além de benefícios que também era a política da empresa oferecer benefícios, benefício no sentido de às vezes até auxílio funeral e depois veio até seguro desemprego coisas dessa ordem, “que diz” os chamados benefícios gerados pelo ato produtivo é uma maneira que as empresas tinham de atrair e fazer o trabalhador permanecer. Além do salário e benefício ele começou a demonstrar que aqueles empresários que investiam na qualificação dos trabalhadores eles tinham um maior rendimento do seu capital e o capital aí no sentido de capital mesmo de patrimônio, de propriedade dos meios de produção e nessa medida a Teoria do Capital Humano foi sinalizando e dizendo que o humano também podia ser objeto de

investimento para uma maior produtividade. Então, essa teoria é a teoria que orienta a compreensão do trabalhador produtivo no capitalismo e o que que ela tem a ver com EJA? Tem a ver na medida em que, o Sistema S no Brasil inaugurada a partir da Segunda Guerra Mundial a partir de 47, expressa exatamente essa disposição do empresariado brasileiro ainda no início da industrialização de investir no trabalhador enquanto capacitação, enquanto qualificação, enquanto treinamento voltado para o processo produtivo. Então na EJA, ou seja, nos trabalhadores que hoje estariam alvo de uma educação básica ofertada pelo Sistema S e aí é Sesi, Senac, Senai, Senar que é a área rural, Senat que é a área de transportes, esses sistemas e essas propostas que são de origem empresarial, elas vão exatamente expressar na prática a Teoria do Capital Humano. E o que que se coloca em relação a EJA? É que a EJA ela pode ter esse tipo de resposta e eles identificam isso como EJA, porque eles “tão” é orientando o investimento na qualificação dos trabalhadores, e hoje eles tem até escola de EJA no sentido de educação básica fazendo questão de, desde a inserção deles na escola, já esta convocando a questão da competição, do individualismo que são os valores que sustentam o capitalismo e... Na EJA pública onde nos defendemos que esse trabalhador vai estudar não apenas para produzir ele vai estudar pra ser cidadão crítico e até construir uma nova sociedade contrária a essa que o explora hoje. Então, a relação entre Teoria do Capital Humano e EJA, é a relação entre manter o capitalismo que está aí cuja Teoria do Capital Humano sustenta o investimento no ser humano, mas com uma perspectiva produtivista, ou ter uma visão de desenvolvimento humano numa perspectiva que não seja necessariamente reproduzir o capital, mas até ser contrário ao sistema e criar uma nova sociedade.

A educação seria vista como uma mercadoria?

Sim, porque no caso, quer dizer, o conceito de mercadoria é tudo aquilo que possa ter um valor de troca. Então, na medida em que eu, aí numa linguagem bem capitalista, agrego a esse trabalhador, ele chama até assim de *plus*, um *plus* ou hoje se usa muito a expressão de *diferencial*, esse trabalhador ele é atraído para uma fidelidade à empresa então, eles criam além da oportunidade de qualificação outros mecanismos em que ele não perca esse trabalhador no mercado de trabalho enquanto né competição de outras empresas de concorrência. Então eles criam os benefícios plano de saúde, quer dizer, qualifica o trabalhador e ao mesmo tempo faz com que ele se sinta como se fosse uma família a quem ele é fiel na permanência de produtividade e na identidade com a própria empresa. Então ele se sente Coca Cola, ele se sente BM, ele se sente Mac Donald's, se sente parte da empresa que é

a ideologia de identificação do trabalhador com a empresa pra que ele se sinta orgulhoso de esta ali fazendo a empresa ter sucesso no mercado. Essa é uma possibilidade que eles utilizam que vai além inclusive do treinamento e da qualificação que é exatamente mexer com a alma desse trabalhador, “que diz” no sentido de ele “te” uma identidade com a empresa e luta pra que essa empresa ganhe novos mercados e tudo mais. E nesse sentido, essa Teoria do Capital Humano ela sustenta de fato uma compreensão individualista em competição e forma o trabalhador pra isso e ele é... Vai se conduzindo, se comportando dentro de uma perspectiva de sucesso individual. Então, é o trabalhador que não se sindicaliza, o trabalhador que não questiona a sociedade e que a empresa vai de certa forma preenchendo seus anseios de consumo, de padrão de vida, de estilo de vida do capital burguês né da sociedade capitalista que está aí. Então, é uma teoria que acaba envolvendo mais do que somente a qualificação, ela vai no próprio projeto de vida desses trabalhadores.

E quem não teve essa condição de ter acesso a essa educação ficaria a margem, seria o caso da educação de jovens e adultos?

Jovens e adultos quando a gente fala, a gente está falando numa faixa de idade , jovens e adultos são dois ciclos vitais, quando a gente fala de EJA “ta” falando que esses jovens e adultos que não tiveram a educação básica, que é a nossa experiência no Brasil de cinquenta e oito milhões de brasileiros que não tem quatro anos de estudo, esse é um contingente que requer educação básica e ai a educação básica ela pode ser dada numa perspectiva pública que é de identidade com o país, identidade com sua cidadania, com suas origens e aberta a possibilidade de você pensar diferente e ter liberdade de pensar e ela pode ser dada dentro de certos parâmetros até ideológicos. Então, por exemplo, se você tem uma educação básica confessional você, além da educação básica, você “ta” ali dentro de uma escola que tem uma opção religiosa concreta. Então você faz a educação básica dentro de uma escola espírita, dentro de uma escola religiosa católica, evangélica, ou mesmo de umbanda ou de candomblé, dentro de uma comunidade religiosa você “ta” fazendo sua educação de base, mas você também está recebendo ai toda uma educação religiosa. Da mesma forma você tem a educação básica num espaço empresarial você vai “te” a educação básica e junto com ela uma ideologia do capital. Então, não é o fato de “se” EJA ou não “se”, EJA é... Que quando a EJA é feita na área pública você tem, supõem-se, a possibilidade de não “te” uma EJA só dirigida a produção do capital e é ai que entra a Economia Solidaria é ai que entra a possibilidade na educação básica de você trabalha com esse educador, educa esse trabalhador pra que ele possa

se perceber capaz de também constituir a possibilidade da produção coletiva, porque Economia Solidária é isso, quer dizer não é só o empresário, não é só o micro-empresário, o trabalhador autônomo que tem capacidade empreendedora. Você se organizar em uma cooperativa com outros, seja de costuraria, seja de catador de lixo, seja de serviços, seja de produção inclusive de crédito, cooperativa de crédito, quer dizer, você pode estar ali com outros também tendo a possibilidade de produzir dentro da sociedade e até de questionar essa própria sociedade. Então, a economia solidária é essa possibilidade de que esses jovens e adultos trabalhadores não sejam só empregados num mercado que já está imposto formal, convencional que está imposto dele também ter essa autonomia de autogestão da produção econômica e nessa produção econômica uma perspectiva de construção coletiva.

A economia solidária no nosso sistema atual de ensino encontra solidez?

Olha, a... Economia solidária já existe, ela tem algumas origens, ela é identificada como origem do Socialismo utópico que é origem européia da economia solidária que é exatamente a ideia de que... No confronto entre o capitalismo e o socialismo enquanto uma outra formação, organização da sociedade se estabeleceu a possibilidade dos trabalhadores se auto organizarem e “fazer” a sua autogestão da produção. Então, ela tem um pouco, deve um pouco a esse socialismo, que a gente chama de socialismo utópico, por que utópico? Porque ele toma iniciativa de organização dos trabalhadores, mas ele não traz para essa iniciativa uma discussão do estado, ou seja, de que o estado é um instrumento institucional criado para a regulação dos conflitos e que não basta você ter uma cooperativa, você precisa também ter o poder, o estado né, no sentido legislativo executivo e judiciário, que sustente essa economia que é assim organizada. Então, no Brasil foi a... a partir do governo Lula, com algumas iniciativas ainda muito tímidas, que a economia solidária se constituiu como política pública, isso é recente na história brasileira como política pública federal e do que se avançou até hoje nós temos as experiências das fábricas falidas da usina de, por exemplo, em Pernambuco que dez mil trabalhadores numa usina falida eles assumiram “pra si” a auto-organização, a auto... ativação dessa empresa que “tá aí” hoje demonstrando... Tem as redes de cooperativa que são bastante significativas. Então, eu diria assim, esse espaço novo de uma organização pelo princípio da construção coletiva, com o princípio da não competitividade e da autogestão da cooperação é uma iniciativa recente por que é coisa de dois mil e três “pra cá” né. Então, nós estamos em dois mil e onze, não tem nem dez anos, mas do que... do que já se tem de acúmulo na área, aponta uma tendência interessante no Brasil. Interessante porque vai

depende da correlação de forças políticas de estarem mantendo essa política, porque ela é contrária ao hegemônico que é a política da competição, do capital, do mercado instituído, institucionalizado, convencionado. Então, eu acho que, na EJA as iniciativas ainda são muito tímidas porque... Para que a economia solidária entre na escola é preciso que o professor dê história de uma história diferente, dê a história, por exemplo, do socialismo que muita gente passa até o ensino médio sem nunca ter ouvido isso, ouve assim... “ah desmontou o socialismo em 1989 e tal...”, mas não sabe, não aprende exatamente o que “qui” é isso do ponto de vista histórico né. Teria que ter em geografia a mesma orientação, no sentido de, compreender que espaços são possíveis de uma economia mais cooperativa, mais solidária e nesse aspecto não é só “te” uma disciplina de economia solidária, precisaria “te” a economia solidária enquanto um princípio da organização do coletivo e a outra da organização do indivíduo, ou seja, do indivíduo por si mesmo que é do capitalismo e isso a educação básica não dá discernimento a quem sai da educação básica, de que, o mundo pode ter um outro tipo de organização que não é esse que “ta” aí. Então para que a economia solidária entre, precisa “entra” pela possibilidade dos trabalhadores se verem capaz de se organizar econômica e politicamente de outra forma. Há polêmicas sobre isso porque, a quem diga que, isso ainda é muito utópico, que o importante mesmo é o confronto com o capital, é ensinar o trabalhador... é educar o trabalhador pra ele ir “pro” sindicato e fazer o confronto no campo sindical e no campo partidário e disputa a estrutura de estado. Hoje há pela experiência boliviana, experiência equatoriana, experiência venezuelana, tomando aqui pelo lado aqui... latino America... Experiência mexicana que foi a primeira lá e agora o Peru “ta” aí, é essa experiência hoje na America Latina, sobretudo, do século passado “pra cá” elas sinalizam a possibilidade de outra estrutura de estado e de princípios cooperativados. Então, cooperativismo de cooperação então, o princípio da solidariedade pode vir a ter mais é... efetividade na medida em que, a sociedade vai se percebendo capaz de coletivamente se organizar e buscar soluções de forma cooperativa e não pela competição essa é uma realidade recente mais tudo indica, e eu defendo, que isso é a tendência do mundo o mundo vai aprender, a humanidade vai aprender cada vez mais não só nos desastres ecologicamente colocados, porque a Gaia, ou seja, a terra né enquanto planeta... Está sim passando por mudanças significativas cientificamente provadas. Quer dizer, onde é frio pode ficar quente, onde tinha floresta pode virar deserto então, do ponto de vista da natureza o resfriamento, o aquecimento, que dizer, tudo que está aí, está mudando a configuração do planeta terra e tudo isso “ta” trazendo oportunidades, por mais estúpido que seja isso que eu estou dizendo né, oportunidades de na tragédia as pessoas aprenderem a importância da cooperação mútua isso vai ser muito

freqüente e está sendo muito freqüente, ou seja, não é rico nem pobre que aconteceu lá... no Rio de Janeiro mas, claro mais pobres do que ricos, porque eles arriscam muito mais seu espaço de habitar do que os ricos. Mas, o que eu quero dizer é que a ecologia, a natureza ela é democrática quando ela chega enxurrada ela não seleciona quem “tá” ali vai né... E nesse sentido claro que quem tem menos condições vai ter mais prejuízo, mas há aí uma movimentação muito grande de espaços de solidariedade ao lado disso, aquilo que é do humano fazer que é a guerra, também está fazendo com que a humanidade aprenda que pela guerra não tem muita solução e nessa medida o que “ta” acontecendo hoje no oriente médio, e o que “ta” acontecendo na América Latina e na África sinalizam que, sociedades onde o autoritarismo, onde o fundamentalismo sustentou ela organizadinha pacificamente entendeu? Nos seus conflitos “tão” implodindo porque a juventude não está agüentando isso. “Que diz” a humanidade que “ta” chegando agora na cena, que está se construindo não está suportando nada que seja autoritário, nada que seja fundamentalista. Então de alguma forma também “ta” mudando o campo da sociologia política, a maneira como a juventude “ta” se comportando, a maneira como a juventude “ta” suportando ou não nos regimes mais ditatoriais e isso, eu acho, que sinaliza de que a humanidade vai aprendendo no campo das religiões, por exemplo, a aproximação entre religiões, o campo da chamada mudança daqueles que querem mudar mais ortodoxos, marxismo ou não, mas ortodoxismo e socialismo estão se aproximando. Então, eu sinto assim, eu sinto mesmo... No sentido de uma compreensão de que a tendência é de fato a construção coletiva, é a cooperação porque isso é o que é o natural é ao que viemos e estamos, no ponto de vista do humano, agora... Ainda vai ter muito embate, muito conflito, muita guerra muito é... os que tem não querem abrir para os que não tem e, as vezes, os que não tem assumem com o oprimido né e o opressor hospedado, como diz Paulo Freire, quer dizer ele não tirou o opressor de si então ainda vão exercitar muito para que realmente haja um processo mais humano, mais cooperativo. Então eu diria assim... como tendência eu acho que a tendência é a gente ser mais cooperativo, mais solidário e buscar soluções de sobrevivência que não sejam esses formatos que estão aí hoje convivendo ainda com eles né, ou seja, onde a iniciativa individual entra e onde que a iniciativa de grupo entra né? Isso vai estar se conjugando aí durante um tempo e a EJA vai ter que lidar com isso. Agora a Eja, não tomando apenas como de idade mas como trabalhadores que estudam, ela precisa tomar esse eixo do mundo do trabalho com o eixo para a construção de conhecimento e para a aprendizagem então, se eu trabalho em uma empresa e sou aluno de EJA e tenho que dizer como é que eu trabalho na empresa, como é que é o meu chefe, como são as relações, se ele se sindicaliza ou não quais são as formas que eu tenho na empresa o que é que eu tenho fora da

empresa, que outras alternativas eu tenho daquele saber que eu constitui. Então é preciso que esse eixo da identidade do mundo do trabalho seja maior do que o da idade e conjugue com a idade no sentido de não descartar o que é jovem ou adulto mais trazer a identidade do mundo do trabalho. Talvez seja esse o caminho que eu visualize assim pra EJA com economia solidaria... Fazer sentido discutir a economia solidaria porque ninguém acredita que é bom estar junto, porque tudo na mídia, tudo na ideologia do capitalista é “você vai ser bom, você vai ter sucesso, olha aí fulano que não se esforçou, se você se esforçar você vai ganhar isso”... É uma grande enganação: “faça seu curso que você vai ter o diploma aí você vai conseguir mais”. É uma enganação porque no capitalismo que aí está, o desemprego é estrutural então, o que vai acontecer... Você vai “ta” diplomada, você vai “ta” especializada mais não vai ter o emprego correspondente a isso nem condições de realmente pode se constitui profissional com a liberdade de pensamento.

As políticas educacionais têm influência desse capital. Como à senhora vê as políticas educacionais para a EJA hoje com relação a isso?

Vejo exatamente na seguinte questão né... Quer dizer a EJA, tomando aí como educação básica, só passou a ter possibilidade de oferta pública a partir do Fundeb - Fundo de Desenvolvimento de Educação Básica - porque o Fundef que era o Fundo de Desenvolvimento de Ensino Fundamental, não contemplava EJA nem a educação infantil, exatamente as duas pontas. Então “a gente vê” o quanto né o fundo público aquilo que o governo deve investir em educação não contemplava o início que é a educação infantil nem contemplava quem não tinha idade própria, isso é muito recente... Fundeb não tem nem dez anos, não tem nem seis anos de prática. Então a primeira questão é, como política pública né, de investimento como você investi nesse segmento que é a grande parte do país cinquenta e oito milhões é praticamente um terço da população brasileira né com mais de 15 anos, dentro do corte atual, e se você não tem recurso para investir o município não se sente obrigado a... A ofertar. Então isso é a primeira questão que é investir, segundo é que o PNE o Plano Nacional de Educação primeiro né, tinha como proposta ter sete por cento do PIB nacional né e não se conseguiu e hoje exatamente o PNE... A grande briga do PNE que está hoje em debate dez anos “pra gente” é de não só sete, dez por cento quer dizer, os movimentos sociais hoje reivindicam dez por cento de investimento na educação brasileira. Então, sem investimento não há uma EJA que possa responder por uma demanda desse porte né. Segundo o sistema educacional, quer dizer muitas vezes se teve ações de eja de campanha de

alfabetização, de programa de alfabetização, ou seja, campanha e programa e projeto não vai muito a frente porque programa é sempre alguma coisa que começa tem um meio e um fim daqui a pouco não tem mais dinheiro e aí não acontece. A Conferência Nacional de Educação feita o ano passado foi exatamente pra marcar o que lá se chamou de sistema articulado, ou seja, o município, o estado e o federal. Então você tem um pacto federativo sobre a educação, o que aqui no DF é difícil a gente imaginar isso porque no DF você tem o sistema do DF com setecentos mil alunos, que é pouco né para os setecentos mil da educação que não estão lá dentro né mais já é alguma coisa pra você identificar um sistema educacional público articulado, mas se você for ali pra Valparaíso ou pra qualquer município “cê” tem um mesmo professor que de manhã trabalha na escola do estado e a noite ele trabalha na escola do município e a escola do município não conversa com a escola do estado e quem é munícipe na grande parte do país só tem garantia no seu município até a 5ª série depois a família já tem que pensar se fica em casa ou se vai “pro” município vizinho ou se sai da roça pra ir pra sede do município e se termina ensino fundamental, médio ele já tem que viajar pra outro lugar e aí se for pra universidade mais ainda. Hoje com a Uab indo “pros” municípios e com alguns municípios assumindo o ensino médio e o estado se reorganizando na área de educação tecnológica nos estamos vivendo um novo momento dessa oferta pública no Brasil mas muito aquém ainda da demanda necessariamente colocada. Então o que é que está em jogo na verdade né? E o que é sistema público de educação onde o aluno se matricula pra ir da alfabetização até a educação de nível médio com tecnologia com a educação profissional pra que ele possa então também chegar no ensino superior? Então essa sequência supõe um sistema, supõe dinheiro e supõe parte federativa né e supõe também não tirar dinheiro público para o setor privado e no momento em que em 2008 nos identificamos em um diagnóstico feito que 11 bilhões de reais eram canalizados pro Sistema S que ofertava como se dele fosse né, é essa mudança de relação com o Sistema S também nos sinaliza de que o Sistema S vai fazer o que lhe compete enquanto interesse empresarial mas cabe ao setor público fazer a oferta da educação profissional e quando você diz assim mercadoria é educação e mercadoria do ponto de vista do capitalismo é sim e é na medida em que eu possa até exportar. Quer dizer a grande questão hoje em educação a distância é exatamente a possibilidade de se empacotar um curso, especificar esse curso e pode exportar pra outro país porque hoje você não precisa entrar no cartório da cidade porque a educação a distância entra pela internet e entra em todos os lugares. Então esse é outro desafio recente que a gente tem que “ta” pensando e tem que “ta” refletindo, de que maneira essa mercadoria na educação não está já contaminando e comprometendo a própria identidade nacional? Na medida em que nós temos muitas empresas

hoje é... No Brasil com sócios brasileiros que hoje são sócios de outros países, sobretudo americanos. Então no ensino superior essa questão da mercadoria já está posta muito fortemente. Na área de educação tecnológica é... a relação com o sistema S e na área da educação básica, é... No sentido anterior né vamos dizer assim, no sentido do regular do chamado regular a gente ainda tem um grande mercado de empresariado privado e o setor confessional que no Brasil sempre foi tratado com muitas isenções tanto a igreja católica como as outras áreas confessionais, evangélica e tudo mais... Tiveram isenção pelo fato da opção religiosa. Então você tem aí vários interesses não só empresariais como também confessionais com a educação básica brasileira e é aquela história quer dizer... se você pode pagar um bom curso você tem mais condições de competição na oferta pública, ensino superior ou ensino médio. Então essa é uma questão que eu acho que a gente ainda tem que aprofundar, o caráter real dessa mercadoria chamada educação. Na Eja no Distrito Federal a gente tem hoje uma questão que não “ta” resolvida é na medida em que as empresas exigem o ensino médio como até forma de seleção dos trabalhadores e as vezes nem pra usar no próprio trabalho só pra dizer “oh você não tem ensino médio não, eu não vou nem te entrevista” é faz com que muitos trabalhadores hoje comprem nos cartórios aspas né, pequenas empresas né, o certificado de ensino médio principalmente. Então essa é outra questão sem controle do estado quer dizer, o Distrito Federal tem muitas empresas algumas até de origem daqui outras né representação de outros estados que estão aí é só ver o jornal e ver em qualquer lugar né ofertando o ensino médio em três meses com três parcelas de cento e cinquenta reais e coisas dessa ordem. Então esse é um campo sem controle nesse momento que mereceria de fato uma investigação, uma verificação a até fechar essas empresas que são enganosas, porque o trabalhador precisando do certificado ele compra mas ele não aprende então ele pensa que tem ensino médio mas não tem e ele vai se sentir enganado e as vezes até mal reconhecido né mas na prática ele não tem uma formação ele tem um certificado é diferente. Então essa é uma questão grave que a gente tem nessa questão da mercadoria quer dizer, como são trabalhadores que precisam a empresa oferece ele vai lá e compra e como ele tem interesse ele as vezes até faz economias no orçamento doméstico pra poder comprar aquele canudo ali, aquele certificado entendeu? Essa é uma questão grave no Distrito Federal e muito grave a gente vê até assim: “Eja a jato né”, “faça aqui em três meses seu ensino médio”, essa é uma questão gravíssima do ponto de vista inclusive policial não é nem pedagógico.

Bom então é isso professora, a senhora quer acrescentar alguma coisa?

Não eu quero dizer só o seguinte... Que esse seu tema que você escolheu achei muito interessante por que assim... É um tema que merece, vamos dizer assim, esse confronto, Teoria do Capital e Economia solidária até porque aqui na faculdade a gente tem poucos se colocando nessa... Nesse confronto e como um confronto de entende esse movimento que se passa na sociedade e de como que o Pedagogo vai se inserir dentro desse processo. Então eu acho que era muito, e é muito importante, que você esteja problematizando isso né, sem conta que, economia solidaria é recente, é emergente, mas que tem um futuro promissor, inclusive você viu lá naquela Webconferência lá do Paul Singer falando da relação com o Socialismo do Capitalismo, porque a gente ainda sente os Pedagogos ainda são muito enganados de pensar que existe o pedagogo... Existe os pedagogos com concepções diferente de sociedade e com consequência concepções diferentes de educação e que vão orientar sua vida profissional em função dessa concepções que eles vão conformando no seu processo formativo. Então eu acho que na medida que você “ta” com essas duas teorias aí essas duas possibilidades você também “ta” se colocando diante delas né, de que maneira isso tudo pode vir a ser de fato né uma possibilidade né ou de trabalhar na direção de uma nova sociedade de uma organização de outra forma como fez o Luis Fernando e outros que estão aí se interessando ou de realmente né... simplesmente ir pra qualquer empresa né e fazer com que os trabalhadores trabalhem alegres bem qualificados entendeu ganhem mais dinheiro consumindo mais e pensando que é feliz e eu acho que não é.

Entrevistado: Renato Hilário dos Reis

Bom professor meu trabalho de conclusão de curso pretende fazer uma análise das implicações da Teoria do Capital Humano e da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos. A gente sabe que a Teoria do Capital Humano ela trata, ela vê o homem como capital humano e a educação segundo essa teoria é vista como um investimento, um investimento individual capaz de elevar a renda futura do estudante. Na opinião do senhor, a EJA a educação de jovens e adultos ao longo da sua história teve influências dessa teoria?

Bem como toda... A gente não pode descolar a educação de jovens e adultos do modo de produção capitalista pelo menos no século XX e no século XXI. Então, nessa perspectiva na

medida em que na década de 70 a Teoria do Capital humano influenciou a educação como um todo essa teoria também influencia a educação de jovens e adultos, só que eu acho que a perspectiva da maioria dos formuladores é... Mesmo que isso tenha perpassado algumas formulações no ponto de vista do real concreto ocorrente, no ponto de vista de formulação de política pública é... Nem como investimento se vê a educação de jovens e adultos porque eles têm um nível de exclusão no ponto de vista da lógica econômica, política, cultural e afetiva tão grande exclusão que às vezes eles passam marginais de tudo, mas de certa forma isso perpassa certas interpretações e significações na medida que se coloca o investimento. Então, o fato de você se preocupar com a educação de jovens e adultos é uma perda de tempo na medida em que quem deve ser priorizado é a criança quer dizer na própria década de noventa há declarações de autoridade dizendo que “trabalhar com a educação de jovens e adultos é uma perda de tempo porque já são pessoas que estão em fase de esta mais para a morte do que para a vida e que se o país quiser resolver a questão do alfabetização ele deveria investir em crianças”. Então, há uma influência que é negativa na maneira como é interpretada e significada a educação de jovens e adultos e, sobretudo as pessoas jovens e adultas não alfabetizadas e não escolarizadas nesse país não é à toa que com isso a gente tem 62 milhões de pessoas que não terminaram o ensino fundamental e que estão aí dependendo de iniciativas quer seja da sociedade civil ou da sociedade política no sentido que tenha uma escolarização devida e que pela própria constituição de 88 lhes é assegurada porque não tiveram o acesso a educação no tempo próprio ou se tiveram não permaneceram na educação.

Porque a questão do jovem e adulto não alfabetizado não escolarizado não é apenas daquele que vem para Brasília como imigrante ou... ou... de certa forma sai de determinadas regiões brasileiras para outras no sul e sudeste no sentido de... de... busca melhores condições de vida eles vão, vem com essa finalidade aí nem sempre são pessoas que não estiveram na escola quando crianças não permaneceram na escola e aí quando crescem por exigência da própria sociedade, sobretudo da sociedade produtiva são obrigados a busca esse conhecimento escolarizado e é um terço da população brasileira, é muita gente.

O senhor falou da questão da política, como é que o senhor vê a questão a Teoria do Capital humano na política destinadas a educação de jovens e adultos?

Eu não sou especialista na Teoria do Capital Humano, mas a Teoria do Capital Humano, pelo que eu sei, ela está investida de um modelo quantitativo economicista, a pessoa vale porque

ela é uma mercadoria que na medida em que ela têm um patamar de escolarização ela possa valer mais no mercado do emprego. Então se acredita que se investindo na educação daquela pessoa ela vai ter uma melhor competência como tal responder a demanda do mercado de emprego capitalista, vai produzir mais e conseqüentemente será mais útil, isso até o dia que ela for útil. Então, é por trás da Teoria do Capital Humano têm a lógica perversa do capitalismo em que todo mundo é uma coisa, todo mundo é uma mercadoria então você vale enquanto essa mercadoria têm valor social e o valor social é o poder de compra que essa pessoa têm e que no caso do capital humano têm o delta X, esse plus à mais que é o grau de escolarização que a pessoa desenvolve. Particularmente eu acho que a educação é... em nível né daquilo que a gente trabalha aqui na faculdade de educação da Universidade de Brasília a questão da educação se ela fica só nisto ela corre o risco de ser vista como redentora e nós sabemos pela literatura historicamente acumulada que a visão da educação como retenção é um equivoco como também a visão da educação como é... não solução de nada. O Paulo Freire fala e o Gadotti repeti que “se as transformações vão ocorrer na sociedade, sem dúvida não vai se pela educação mas também não se fará sem a educação”. Então ela tem um valor relativo como organismo subestrutural que é. Eu acho que nessa lógica a Teoria do capital humano não leva em conta essa contradição.

E nas políticas públicas destinada a educação de jovens e adultos como é que o senhor vê essa questão da mercadoria?

Olha... a medida que nós temos e... na educação de jovens e adultos alfabetização e escolarização de quinta a oitava e de primeiro e terceiro ano de ensino médio e que o currículo é concebido a partir de um grupo de especialistas e sobretudo com o estabelecimento de disciplinas a priori e que disciplinas tais que se estabelece qual conteúdo a ser trabalhado com jovens e adultos e esse currículo, esse conteúdo não leva em conta a história de vida do educando, da educanda jovem e adulto eu acho que a gente está numa perspectiva autoritária, bancária da educação de jovens e adultos em que a pessoa passa a ser entendida como escolarizada a partir do momento que ela memoriza determinados conteúdos e os repete bem através de um instrumento de avaliação como são as provas. Então, melhor estudante, melhor educando jovens e adultos é aquele que só repete o conteúdo através da prova, quanto melhor ele repeti maior a sua pontuação ou numérica ou simbólica é... através de letras no caso da

UNB aqui MS, SS dependendo do lugar 10, 9, 100, 90 e essa visão de educação como Paulo Freire já coloca é uma educação bancária, ela só vai contribuir para manter o status quo como é. E aí vou falar da minha experiência lá no Paranoá é... todo semestre tem as turmas iniciantes quando chega um novo alfabetizando, uma nova alfabetizanda a pessoa chega com a perspectiva de escola que tem dentro do seu imaginário e muitas vezes a escola que tem no imaginário é essa um quadro negro que agora é verde, uma porção de carteiras uma atrás da outra, muito conteúdo, muito dever de casa, um livro didático pra pessoa “te” os exercícios né, é dessa forma que ele entende, ele entende inclusive que a passagem dele ou dela dentro da escola é no sentido de ganhar um certo conhecimento que vai lhe permitir ter acesso ao emprego ou melhorar no emprego. Isso é uma lógica totalmente capitalista que inclui a visão de capital humano aí. Aí a agente diz pra eles e pra elas “se nós como UNB junto com o Movimento Popular organizado estivermos aqui e vocês saírem daqui conseguirem é... é... conseguirem emprego e até melhorarem no seu currículo mas isso não estiver ligado a um aprendizado de sua participação na melhoria de construção de vida da sua comunidade nós teremos fracassado”. Então a apropriação de linguagem, sim das várias linguagens língua portuguesa ou língua materna, linguagem matemática, da geografia, da história das ciências, da informática, da estética e da arte apropriação sim, mas, sobretudo aprender a produzir a linguagem e produzir a linguagem como parte de um processo em que ao produzir o conhecimento eu transformo a mim mesmo transformando a minha relação social. É isso que tem sentido a educação em nível da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, graduação em nível superior é... mestrado, doutorado e pós doutorado senão o país não avança. Eu tenho que constituir sujeito epistemológicos, pessoas que produzem saber, eu tenho que constituir sujeitos políticos que sabe exercer o poder não na perspectiva de um poder que serve a maioria da classe trabalhadora e para tudo isso eu preciso aprender a colher um e outra com suas diferenças e naquilo que cada uma e cada um tem de diferente.

Qual a opinião do senhor sobre a economia solidária que surge no nosso sistema capitalista com uma proposta de conhecimento coletivo, de autogestão qual é a relação que o senhor vê entre a economia solidária e a educação de jovens e adultos?

O capitalismo ele têm a marca da individualização, a marca da fragmentação, a marca do isolamento, a marca de cada um por si, Deus para todos e a medida que eu tenho essa visão

você não é uma pessoa que fraternalmente soma comigo, você é uma concorrente. Você sendo uma concorrente você tem que ser eliminada e essa morte não é uma morte de eu pega um revolve e te dá um tiro na cabeça é a morte simbólica que é pior, é a morte que o outro não é nada para mim a não ser um inimigo a ser rechaçado, rejeitado e ser aniquilado.

Então tem uma briga surda entre as pessoas do capitalismo. No capitalismo é antologicamente impossível você ter fraternidade, você ter igualdade e você ter a dimensão da solidariedade. A economia solidária ela surge como algo dentro do capitalismo querendo quebrar, gerar uma quebra do capitalismo individualista e instaura na contradição do capitalismo a dimensão do apoio solidário entre as pessoas que vai perpassar também a solidariedade econômica. Eu não sei se você sabe mas nos acampamentos, eu vou dar o exemplo aqui de movimentos sociais no Brasil, quando as pessoas estão ainda no acampamento ninguém ainda é senhor da terra, a terra é um desejo de conquista de obtenção das várias pessoas que estão ali lutando pela mesma causa. A partir do momento que você faz a divisão da terra, cada um tem seu lote com sua escritura e seu registro de imóveis toda a dimensão de ajuda mútua ao vizinho de lado esquerdo, direito, de frente ou de trás eu perco. Então o vizinho tá tendo uma dificuldade qualquer gerada por um problema de... de... um problema climático de muita chuva ou muito sol eu não vou me importar com isso eu quero é salvar a minha produção e salvar a minha produtividade, pagar minhas dívidas porque em última instância quem é responsável pelas coisas é só eu. Então essa lógica ela a meu ver ela não... por mais que a gente pense que ela seja avançada ela acaba fortalecendo uma base capitalista de produção no campo que é da separação dos indivíduos e cada um se virando pra conta de suas coisas. Na economia solidária a questão da propriedade coletiva da terra passa de novo a ser colocada na agenda, na pauta das preocupações e na pauta das decisões, como que nós sob qualquer forma vamos nos juntar aqui pra produzir determinada coisa, determinado alimento e colocá-lo no mercado? Então a economia solidária eu diria aí que é uma perspectiva reformista dentro do capitalismo, mas ela tenta sair dessa armadilha da individualização e do mero ente individualizado do capitalismo estabelece estruturalmente para o conjunto da sociedade.

Então o senhor acha que é uma alternativa?

É seria uma pedagogia da alternância, uma economia da alternância. Eu não sei se ela é... estando fora de uma base capitalista se ela deixará de ser capitalista isso aí é o tempo que vai mostra. Se ela passa a ser... todo o processo revolucionário ele vai por conquistas gradativas, você nunca toma um tiritado todo de uma vez, você vai conquistando o território, as várias guerras de transformação, de libertação são dessa forma. Então pode ser que a economia solidaria ainda vá se potencializando e vá criando uma solidariedade entre as pessoas que essa solidariedade a maneira como se organiza é... o processo de produção né dos vários produtos incluindo os alimentares especificamente se isso vai gerando as pessoas, esse rompimento, essa rupturação com o individualismo e o assumir de uma perspectiva solidarista e solidarizante. Eu acho que ela tem essa perspectiva e essa possibilidade mas tem que dá tempo ao tempo.

Mas hoje ainda não encontraria uma solidez no nosso atual sistema?

Não, ainda não tem uma solidez de tal maneira que eu possa dizer que você tenha algo diferente da perspectiva capitalista, mas a proposta é no sentido de romper com aquilo que o capitalismo tem de mais nefasto que é a... o individualismo de cada pessoa no processo de produção e como tal da circulação e do consumo da produção desenvolvida.

Bem é isso professor, o senhor tem mais alguma questão ou observação a fazer sobre o tema?

Com relação à educação de jovens e adultos eu queria só reiterar Francieli, é que nós não podemos entender a educação de jovens e adultos como perspectiva de campanha que é essa idéia que de uma hora pra outra eu vou alfabetizar todos os não alfabetizados no Brasil e o fato de a pessoa a partir de um determinado momento ela assina o nome e até escreve um bilhete simples que ela está alfabetizada e não há problema mais. Primeiro, mesmo que se pense a alfabetização com a continuidade da escolarização não pode se pensada na perspectiva da escola tradicional, que é vigente e que é hegemônica no país, essa escola que está trabalhando a criança, trabalha a criança para ser capitalista. Então nós não podemos, nós

que estamos à frente da educação de jovens e adultos ficar só nisso, a educação de jovens e adultos consoante aquilo que Paulo Freire deu a vida tem que ser emancipadora, libertadora. Ou seja, ela vai trabalhar o pai e a mãe da criança que hoje é o jovem de 15, 16, 19, 20, 30, 40, 50 anos até 60 anos, trabalha esse jovem para aprender não só apropriar-se de conhecimento mais produzir conhecimento e esse conhecimento refletir e expressar, refratar, refletir e retratar a inserção contributiva de transformação da realidade não fazendo educação o caminho único, exclusivo e absoluto de transformação da realidade mas o caminho possível que vai se articular com outros organismos subestruturais como partido, sindicato, igreja a mídia alternativa e outros campos mais no sentido de que as pessoas individualmente tenham iniciativas subjetivas de transformação e sobretudo aprendam a trabalhar coletivamente nessa transformação estando na Educação ou através da educação se articulando com outros grupos sociais para fortalecer essa contraposição e com isso gera uma ruptura e ao gerar uma ruptura é... é... a parte esteja influenciando o todo e o todo ao mesmo tempo a parte. Então, isso eu acho fundamental e infelizmente muitas políticas públicas ainda partem da premissa que... o progresso, a democracia e outros adjetivos que são colocados, que basta a pessoa se escolarizada que isto em si é transformante, é revolucionário, é rupturante da ordem instituída... Não é. Só ter a escola e ela ser um campo de consumo do conhecimento é manter o status quo e manter em status quo é manter a produção da excludência que é ontológica na lógica capitalista, excludencia que é econômica porque eu produzo e não usufruo do que é produzido, excludencia cultural que eu produzo cultura e usufruo dessa cultura, excludencia epistemológica porque eu não produzo o conhecimento que me é importante e necessário como classe trabalhadora e ao mesmo tempo excludencia política porque eu não influencio nas decisões e muito menos tomo decisões de interessa da classe e a excludencia pior que é o que eu chamo de amorosa-afetiva, eu não me reconheço como ser humano as outras pessoas da minha mesma situação de renda também não me reconhecem, eu sou um João ninguém, sou uma Maria ninguém e meus chefes, meus professores tendem também a não me reconhecer. Então, eu nem nome eu passo “te”, é só você vê como são chamados as pessoas que trabalham em canteiros de obras e que as vezes elas são chamadas “ ou você flamenguista, ou você corintiano, ou você vascaíno” por aí vai... quer dizer as pessoas deixam de ter nome nessa lógica, porque? Porque elas não tem um respeito afetivo, você só vai chama fulano pelo nome a medida que você se interessar pelo nome da pessoa e esse reconhecimento do nome dela, inclusive a memorização do nome é um sinal do interesse seu por ela e se esse interesse não se manifesta é porque ela tem uma exclusão afetiva-amorosa.

Então a exclusão afetiva, melhor a superação dela é condição de superação de todas demais exclusões, isso que eu defendi na tese de doutorado que se chama “Instituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos” que esse semestre ainda deve ser lançado um livro que a gente trabalhou muitos anos aí.

Entrevistado: Paul Israel Singer

A Teoria do Capital Humano trata/vê o homem como capital humano. A educação segundo essa teoria é um investimento individual capaz de elevar a renda futura do estudante, há uma analogia entre produtividade do capital e a educação. O senhor acha que a EJA ao longo da sua história sofreu influência dessa teoria?

Não conheço a história da EJA, por isso não posso responder a sua pergunta.

As políticas educacionais brasileiras estão ligadas aos interesses do capital e tem apoio do governo, das elites nacionais e internacionais. Nessa perspectiva a educação restringe-se ao papel de produzir a força de trabalho, para o mercado. Como o senhor vê isso nas políticas educacionais destinadas a Eja?

Não conheço as políticas educacionais destinadas a EJA apesar da SENAES ter uma parceria importante com a EJA. Mas posso opinar sobre suas considerações iniciais sobre as políticas educacionais brasileiras, das quais discordo. De fato o capital tem interesses aos quais as políticas devem atender, mas não exclusivamente, de modo que sua generalização não corresponde à realidade. Como você deve saber existem interesses contrários ao capital que hoje estão fortemente representados no Estado – tanto no Executivo quanto no Legislativo. Estudantes e professores estão organizados num poderoso movimento social que certamente também influi na formulação das políticas educacionais do país. Eu diria que nenhuma política social importante – seja de saúde, habitacional e sobretudo educacional “se restringe ao papel de produzir força de trabalho para o mercado”. Todas estas políticas respondem ao equilíbrio instável das forças em presença nas lutas de classe, que regem o processo de produção de políticas no Brasil.

A Economia solidária surge no sistema capitalista com uma proposta de organização totalmente oposta ao sistema capitalista, e aos princípios da Teoria do Capital Humano, propondo o trabalho associado, solidário e autogestionário. Que relação o senhor vê entre essa concepção e a EJA?

Acho que a relação deve ser muito estreita. A EJA atende pessoas que carecem de escolaridade em grande parte porque não tiveram possibilidades econômicas para frequentar escolas nas idades prescritas. A maioria delas se esforça para recuperar o tempo perdido de escolaridade tendo em vista melhorar de vida. A economia solidária oferece a estas pessoas uma oportunidade de alcançar este objetivo sem se submeter aos interesses de eventuais empregadores, mas de forma autônoma em associação com outros trabalhadores. Veja bem, o meu argumento não é que não basta o certificado escolar para conseguir um emprego, mas que a opção economia solidária é superior ao emprego assalariado de todos pontos de vista do trabalhador.

De modo geral, o senhor acha que a economia solidária encontra solidez no modelo de educação existente?

Para responder isso eu preciso saber o que você entende por “modelo de educação existente” e sobretudo que outro modelo você considera ser superior. Só para adiantar nosso diálogo, quero que você saiba que eu defendo a implantação da educação democrática, que é oferecida por escolas autogeridas por alunos e educadores, cada um dos quais tem o mesmo direito de intervir nas tomadas de decisões sobre todos os aspectos do processo educativo.

Entrevistada: Maria Margarida Machado

A Teoria do Capital Humano trata/vê o homem como capital humano. A educação segundo essa teoria é um investimento privado capaz de elevar a renda futura do estudante há uma analogia entre produtividade do capital e a educação. Você acha que a Eja ao longo da sua história sofreu influência dessa teoria?

A EJA foi e segue sendo marcada por condicionantes históricos, em especial, no que concerne aos determinantes econômicos. Desde as estratégias iniciais de alfabetização de adultos, nas campanhas da década de 1940 ao dias atuais, ainda é marca desta modalidade ser tratada com um viés utilitarista. Neste sentido, as defesas de uma educação que prepara para o trabalho, para o mercado do trabalho tem sido a tônica, em grande parte dos programas implementados para estes sujeitos. Os exemplos mais claros disto estão nas estratégias a partir da década de 1940 com a institucionalização do Sistema S, com a oficialização do Ensino Supletivo na reforma da Ditadura Militar, mas também com as reformas educacionais da década de 1990, que impulsionaram os cursos profissionalizantes com recurso do FAT. Atualmente, há uma tentativa de repor o debate sobre o sentido do trabalho e sobre a formação omnilateral, em estratégias de cursos que ultrapassem o sentido restrito da formação para o mercado de trabalho, mas é muito difícil o enfrentamento de uma cultura que está estabelecida numa visão de adestramento do sujeito e não de formação humana.

A educação vista como mercadoria pela Teoria do Capital Humano acessível para quem pudesse comprá-la/investir nela teria excluído ainda mais o acesso dos jovens e adultos à educação, agravando o problema das desigualdades sociais?

A Teoria do Capital Humano, muito explícita e evidente nas reformas educacionais no contexto das décadas de 1970 e 1980, a partir de 1990 vai transfigurar o discurso de preparação de mão de obra, para a perspectiva de formação por excelência. A terceira revolução industrial, com o avanço da informatização e da microeletrônica, eliminou significativamente postos de trabalho que antes demandavam uma formação profissional mínima. Isto hoje já não é possível. Portanto, se já havia excluídos com baixa escolaridade, hoje a exclusão se estende aos qualificados e de média qualificação. Esta situação para os jovens e adultos trabalhadores os coloca numa condição ainda mais difícil de quem tem que correr atrás da escolarização precária para manter ocupações precárias.

As políticas educacionais brasileiras estão ligadas aos interesses do capital e tem apoio do governo, das elites nacionais e internacionais (como o Banco Mundial). Nessa perspectiva a educação restringe-se ao papel de produzir a força de trabalho, para o mercado. Como você vê isso nas políticas educacionais destinadas a Eja?

Como já mencionado, há um conjunto de programas e políticas para EJA que reforçaram historicamente esta visão equivocada de treinamento para o trabalho. Esta realidade sempre enfrentou resistências, em especial dos segmentos da sociedade civil que defendem a educação como direito e um projeto de educação emancipatória. Portanto, não vejo apenas um determinismo da Teoria do Capital Humano, mas vejo resistências a este determinismo que, em alguns momentos históricos, que resultam em experiências como as realizadas pela CUT no Projeto Integrar e Integração, financiadas pelo FAT e, no caso atual pelas experiências de Proeja.

A Economia solidária surge no sistema capitalista com uma proposta de organização totalmente oposta ao sistema capitalista, e aos princípios da Teoria do Capital Humano, propondo o trabalho associado, solidário e autogestionário. Que relação você vê entre essa concepção e a EJA?

A questão da economia solidária chega ao debate da EJA muito a partir das articulações da Secretaria de Economia Solidária, com os fóruns de economia solidária que já estão organizados em todos os Estados e passam a fazer contato com os fóruns de EJA. Esta experiência é muito mais entre os movimentos da economia solidária e dos fóruns de EJA, do que em uma ação mais propositiva junto às redes públicas que atendem o ensino fundamental e médio de EJA. Do ponto de vista da concepção penso que o debate da economia solidária precisa impactar nos currículos da EJA, pois esta discussão de alternativa em relação a geração de renda e sustentabilidade precisa entrar no eixo orientador do Trabalho. Estas discussões da economia solidária deveriam, a meu ver, influenciar de forma mais decisiva as propostas de EJA integradas a educação profissional, mas não é isto que vemos ocorrer ainda.

De modo geral, você acha que a economia solidária encontra solidez no modelo de educação existente?

No modelo de educação existente penso que economia solidária tem pouco espaço ou nenhum, a não ser como uma ação de resistência por parte de educadores que acreditam que uma outra lógica de sociedade ainda é possível e precisa ser construída.

Você gostaria de complementar alguma questão ou acrescentar?

Parabenizo pelo seu esforço de pesquisa e fico a disposição para continuar ajudando. Sugiro que acesso uma publicação do INEP sobre economia solidária de 2005 se não me falha a memória. Nele refletimos sobre EJA também. Penso que a equipe do Fórum de EJA do DF tem exemplar desta publicação.

Entrevistada: Sonia Marise Salles Carvalho

A Teoria do Capital Humano trata/vê o homem como capital humano. A educação segundo essa teoria é um investimento privado capaz de elevar a renda futura do estudante há uma analogia entre produtividade do capital e a educação. Você acha que a Eja ao longo da sua história sofreu influência dessa teoria?

Sim, porque a primeira preocupação do EJA no Brasil foi recuperar um déficit de escolarização/ano a partir de uma pressão das agências financiadoras da educação na América Latina. Trata-se de desenvolver um bom consumidor para viver comprar e saber utilizar as tecnologias do primeiro mundo. Não se vislumbra uma educação política.

A educação vista como mercadoria pela Teoria do Capital Humano acessível para quem pudesse comprá-la/investir nela teria excluído ainda mais o acesso dos jovens e adultos à educação, agravando o problema das desigualdades sociais?

Pensando na ambigüidade do Estado, que busca oferecer educação para o mercado e precisa diminuir o prejuízo de uma população pouco escolarizada, o EJA serve para medir a fragilidade do nosso sistema educacional, bem como se ampara na necessidade de equalizar um nível de educação compatível com os países ditos avançados. No entanto, a forma que assume o programa no país não alcança nenhum dos objetivos propalado pelo Estado, reforçando ainda mais a desigualdade entre as pessoas, fazendo da má educação uma porta para a exclusão.

As políticas educacionais brasileiras estão ligadas aos interesses do capital e tem apoio do governo, das elites nacionais e internacionais (como o Banco Mundial). Nessa perspectiva a educação restringe-se ao papel de produzir a força de trabalho, para o mercado. Como você vê isso nas políticas educacionais destinadas a Eja?

Penso que respondi acima, mas gostaria de reforçar que o EJA no Brasil, pelo governo oficial, não prepara para a cidadania e nem para o mercado de trabalho, tornando-se inócuo.

A Economia solidária surge no sistema capitalista com uma proposta de organização totalmente oposta ao sistema capitalista, e aos princípios da Teoria do Capital Humano, propondo o trabalho associado, solidário e autogestionário. Que relação você vê entre essa concepção e a EJA?

A Economia Solidária não propõe um novo modelo social, mas exige o reconhecimento da sociedade de que existem outras formas de produzir e conviver que não o proposto pelo contrato assalariado. Nesse sentido, o EJA torna-se uma possibilidade do exercício de uma

educação para a solidariedade democrática, cujo currículo pode permitir o esclarecimento, a denúncia e o ativismo em prol de uma vida com dignidade.

De modo geral, você acha que a economia solidária encontra solidez no modelo de educação existente?

Não, porque a educação proposta pela sociedade capitalista remete ao empoderamento individual, a competitividade e o egoísmo. A proposta da educação na Economia Solidária propõe o empoderamento social, o trabalho associado e a cooperação.

Você gostaria de complementar alguma questão ou acrescentar?

A educação de jovens e adultos na ótica da ECOSOL quer a formação de um cidadão, que possa agir sem constranger o outro e mediar interesses com discernimento suficiente para manter o tecido social saudável para as trocas sociais.